



Louzadense

Ano II • n.º 44 • Quinta-feira, 4 de março de 2021 • Diretor: José Diogo Fernandes • Quinzenal • Assinatura 20€ • Unid. 1€

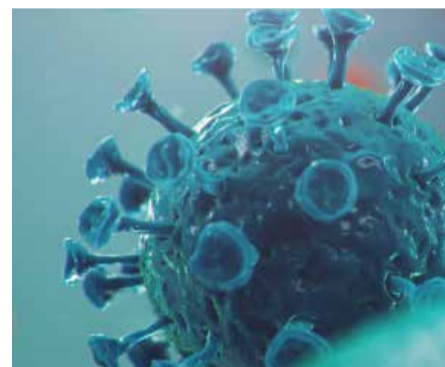
Destaque Dia Internacional da Mulher

P. 8-9



Sociedade O que mudou num ano de pandemia

P. 6-7



Sociedade Dia de Luto pelas vítimas de violência doméstica

P. 10



Pub.

P. 2 a 3



Teresa Valiñas: vida dedicada à educação



André & Diana

Mediação Seguros, Lda

Penafiel

+351 255 784 130

+351 924 478 459

alberto.moura@agentegeral.ageas.pt

Lousada

+351 255 913 032

+351 926 567 965

diana.mesquita@agentegeral.ageas.pt



Teresa Valiñas: vida dedicada à educação

Nasceu em Porto Santo, na Madeira, mas cedo se mudou para S. Roque do Funchal. Define-se como uma pessoa respeitável, íntegra, simples e que nunca foi de grandes aspirações. Dedicada e empenhada no que fazia, tentou sempre cumprir os seus objetivos e o que entendia por bem fazer. A vida acabou por trazê-la até Lousada, onde foi professora e delegada escolar.



Nasceu em Porto Santo, na Madeira, mas cedo se mudou para S. Roque do Funchal. Define-se como uma pessoa respeitável, íntegra, simples e que nunca foi de grandes aspirações. Dedicada e empenhada no que fazia, tentou sempre cumprir os seus objetivos e o que entendia por bem fazer. A vida acabou por trazê-la até Lousada, onde foi professora e delegada escolar.

Teresa Maria Camacho Fernandes Valiñas nasceu na ilha de Porto Santo, no arquipélago da Madeira, a 27 de abril de 1940, mas, com dois anos, mudou-se para a Madeira, onde passou a sua infância. Pessoa respeitável, que não admite mentiras. Acima de tudo, define-se como uma pessoa simples. Aos seis anos, acabou por perder a mãe e ver-se separada dos irmãos.

“Éramos quatro, dois ficaram com o meu pai e a avó paterna e os outros

dois ficaram com a minha avó materna. Mas íamos sempre passar férias juntos a casa dos avós maternos, onde os meus irmãos viviam com um tio Padre”, conta.

“Quando viemos para cá, para Lamego, eu é que ouvia os relatos das freiras das minhas irmãs mais novas. Eu é que teria de harmonizar um pouco, porque as mais novas eram um bocadinho mais rebeldes. Mas não foi difícil.”

O facto de não ter tido uma infância fácil definiu a personalidade que viria a ter enquanto adulta. “Quando viemos para cá, para Lamego, eu é

que ouvia os relatos das freiras das minhas irmãs mais novas. Eu é que teria de harmonizar um pouco, porque as mais novas eram um bocadinho mais rebeldes. Mas não foi difícil”, explica.

O percurso escolar foi realizado em S. Roque do Funchal e, quando o pai emigra para a Venezuela, então, “os dois que estavam com ele, voltamos para a casa da minha avó materna, com o meu tio Padre. Entretanto, fui para o Colégio de Santa Teresinha, na Madeira”, onde frequentou o 5.º ano.

Mais tarde, “o meu tio foi convocado para ir trabalhar para a emigração católica e entendia que não era muito bom deixar três meninas com aquela idade sozinhas com os avós na Madeira. O meu irmão tinha ido com o meu pai para a Venezuela. Então, consegui que viéssemos para o Colégio da Imaculada Conceição, em Lamego. Acabei a secção de Ciências

que me faltava. Ainda tentei acabar o 6.º e o 7.º ano, mas acho que já estava cansada de estudar”, brinca.

Por isso, concorreu ao Magistério Primário e foi para Coimbra, “que era onde havia o lar das Irmãs religiosas a quem estávamos entregues”, conta. Contudo, “a minha infância foi normal, não fui menina de muita riqueza”.

A adaptação ao continente

Apaixonada pelo mar, sofreu com a mudança de cidade e com as diferenças climáticas. “Eram só montes a toda a volta e senti uma angústia de não ver o mar. Tinha muitas saudades de ver o mar. Ia a uma janela e só via montes, parecia que me cortava o coração. E outro problema maior foi a adaptação ao clima”, explica. E acrescenta: “embora tenha um grande espírito de adaptação, isso custou-me”.

Embora o sonho não fosse ser professora, acabou por surgir a oportunidade de ir para o Magistério Primário. “Na altura abriram muitos lugares para o curso do Magistério, então, eu e outra colega do colégio fomos para Coimbra. No fim do curso, sugeriram que nos candidatássemos para o Porto, mas só concorri para sedes de concelho”, refere.

“Não conhecia Lousada, mas concorri para todas as sedes de concelho onde havia instituições de freiras da mesma congregação. Fiquei colocada em Lousada e lá vim eu. Mas gostei logo de Lousada, porque estava cheia de flores, que fez-me logo lembrar a minha terra e pensei que fosse gostar de ficar aqui”, conta. Acabou por ficar em Lousada, onde casou e teve dois filhos e uma filha.

A chegada a Lousada aconteceu em 1962 e ficou colocada na Escola de Cristelos, onde esteve três anos. Quando teve possibilidade de ficar efetiva, procurou outras oportunidades dentro do concelho, porque tinha vontade de ficar. Assim, concorreu para uma escola que tivesse meio de transporte.

Dessa forma, conseguiu um lugar em Lousada, onde ficou dois anos. Mais tarde, lecionou em Boim e regressou para Cristelos, onde ficou efetiva. Em 1975, passou a pertencer à Delegação Escolar.

“Depois do 25 de Abril formaram-se listas para os órgãos diretivos da Delegação Escolar. Na altura, dois

colegas todos os dias me apareciam para eu fazer parte da lista. Como tinha estado no colégio e tinha ajudado a freira na secretaria, já estava dentro do assunto. Então aceitei e fui para delegada escolar”, conta.

Embora não estivesse em contacto direto com os alunos depois de ir para a Delegação Escolar, tem noção de que o ensino está diferente. “Lembro-me que chegámos a fazer muitas coisas na escola, trabalhos, canto coral, catequese e era tudo mais calmo. Mesmo em Lousada, que fui apanhar uma turma de rapazes mais altos que eu, nunca tive problemas. Trabalhei 13 anos com os alunos”, manifesta.

As dificuldades e a falta de condições nas escolas

Por aqueles dias, as dificuldades e a falta de condições faziam-se sentir um pouco por todo o concelho. E, nesta altura, a escola assumia um papel muito importante na formação de cada indivíduo.

“Tinha alunos que adormeciam na escola, porque se levantavam às cinco da manhã, uns para ir para a padaria ajudar os padeiros, outros para dar de beber aos animais, outros porque tinham de arranjar erva para os animais antes de ir para a escola.”

“Eram crianças mais educadas, com mais dificuldades. Em Lousada até tínhamos o auxílio da ‘Cáritas’, com farinha, queijo e leite. A funcionária, que vivia ali próximo, não se importava de fazer uma sopa para os que moravam longe. Nessa altura tinham de trabalhar em casa. Tinha alunos que adormeciam na escola, porque se levantavam às cinco da manhã, uns para ir para a padaria ajudar os padeiros, outros para dar de beber aos animais, outros porque tinham de arranjar erva para os animais antes de ir para a escola. Foi uma altura difícil de fome, higiene e condições habitacionais”, descreve.

Um das suas primeiras lutas foi conseguir umas sanitas, “porque as crianças usavam aquelas calças com peito e alças e voltavam molhadas.

Em Lodares, tinha casa-de-banho, mas não tinha fossa. O terreno que estava junto da escola era da igreja e não havia hipótese de fazer uma fossa”, lamenta.

“Juntamente com a igreja, e a Câmara Municipal, conseguiu-se pôr a funcionar a fossa. Quando vim para a Delegação Escolar, em 1975, o parque escolar tinha muitas necessidades, quer em material, quer em mobiliário, e até mesmo nos próprios edifícios. Tínhamos uma escola em Santo Estevão, que por baixo tinha animais e o chão tinha buracos”, recorda.

Mas será que os alunos davam mais valor à educação? Teresa Valiñas acredita que, “pelo menos, da parte da família, embora quisessem os meninos para trabalhar, acho que sim. Se pedíssemos alguma coisa, mesmo com as dificuldades, eles faziam”.

“Eu penso que se estava melhor, pelo que dizem os colegas. Depois, os próprios colegas começaram a ser fustigados com papeladas e afins que lhes iam tirando a paciência”, confessa.

Atualmente, pensa que os alunos “começaram a ter outra liberdade, outra maneira de estar. Já não há aqueles problemas de higiene, mas falta a educação. Eu atendia os colegas que vinham fazer as suas queixas”.

Enquanto Delegada Escolar, teve “bastantes dificuldades” no princípio, “porque as pessoas que estavam lá não aceitaram muito bem serem substituídas, e muito mais, por gente nova. Deixaram-nos sem ajudar a resolver qualquer problema”.

“Como disse, já sabia resolver alguns problemas, mas havia outros que não sabia, então tivemos a ajuda de um professor. Tínhamos dificuldade, principalmente, com a folha de vencimentos dos professores. Tínhamos de fazer aquelas contas que tinham de dar todas certinhas”, refere.

Por isso mesmo, chegou a ir várias vezes ao Porto, ao Banco de Portugal, “buscar a folha para as Finanças fazerem os pagamentos. Mas depois lá fomos acertando”. Na posição de Delegada, conquistou, ainda, novas instalações para a Delegação Escolar.

“Não tive grandes problemas. Fomos resolvendo tudo, porque a Câmara também me ajudava a resolver. Quando havia qualquer problema entre os colegas, eu sabia de tudo, mas ficava só para mim. Conseguia dar a volta de maneira que não houvesse depois problemas”, lembra.

“Conseguimos edifícios novos, mobiliário novo, conseguimos melhorar a situação dos estudantes.”

Durante os mais de 26 anos ao serviço da Delegação Escolar, acredita que deixou “uma boa impressão e que toda a gente me estimava. Não posso dizer que toda a gente gostava de mim, mas procurei sempre resolver as situações sem grandes problemas. A Direção Escolar nunca teve de vir cá resolver problema nenhum, a Câmara sempre deu o seu apoio. Conseguimos edifícios novos, mobiliário novo, conseguimos melhorar a situação dos estudantes”, orgulha-se.

Terminou a sua carreira em 2001 e um grupo de amigas “resolveram fazer-me uma festa de despedida. Estiveram os meus superiores do Porto e Penafiel, todos os elementos da Câmara Municipal, professores e auxiliares das escolas. Portanto, todas essas pessoas vieram à minha festinha. Estou muito tranquila e satisfeita”, conta. Foi, ainda, homenageada pelo Presidente da Câmara, tendo recebido uma medalha de prata pelos serviços prestados.

Trabalhar em prol do outro

Depois de todo o trabalho em prol da educação, dedicou o seu tempo a algumas atividades. “A certa altura, no fim do ano, começamos a fazer um almoço de encerramento. Entretanto, um grupo juntou-se para fazer uma associação. Fizemos a ‘Associação Cultural e Etnográfica dos Professores de Lousada’ e surgiu o Orfeão. Andámos por vários sítios. No momento da fundação, tinham 41/42 professores. Agora somos só 19/20.”, explica.

Mas a associação mantém-se aberta há cerca de 30 anos: “somos os últimos, mas continuamos. Chegamos a gravar um CD e fomos atuar em muitos sítios”.

“Fiz parte, ainda, da Associação Nacional dos Professores do Ensino Básico, que esteve sediada em Lousada alguns anos. Também fiz parte de uma lista dos corpos sociais da Santa Casa da Misericórdia e da Assembleia da Associação de Cultura Musical de Lousada”.

Como delegada escolar, esteve integrada na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Como deixou a Delegação Escolar, continuou na CPCJ como cooptada e até completar 10 anos de serviço. “Foi um trabalho que gostei muito de fazer”, confessa.

“Quero referir dois momentos importantes na vida das escolas e dos alunos: primeiro, fizemos duas idas ao jardim zoológico de Lisboa num comboio fretado para nós; segundo, o projeto proposto

pelo nosso Diretor Escolar, ‘Uma Escola, Uma Empresa’, baseado na lei do mecenato – foi um trabalho muito gratificante, visitamos as empresas do concelho que aceitaram a ideia. Terminamos o projeto com uma sessão solene no salão nobre da Câmara Municipal de Lousada com a entrega de um diploma a cada empresário. Orgulho-me muito de ter conseguido este projeto”, refere.

Mais tarde, foi voluntária na Assistência Médica Internacional (AMI), “mas também tínhamos de dar a vez a outros voluntários”, refere. Então, formou-se a Universidade Sénior de Lousada (USA-LOU) e “era outro serviço que eu gostava, porque tínhamos aulas. Mais recentemente aceitei ser presidente”, revela.

“Nunca fui uma pessoa aventureira, mas gostava de ter sido. De viajar pelo mundo. Nunca fui pessoa de me enervar”, expõe, acrescentando que foi aceitando todas as alterações que as mulheres foram conquistando. No entanto, “ainda falta muito para conquistar”.

Sempre gostou de ser mulher e acredita

“Enquanto não houver o Dia Mundial da Mulher, não é de descansar. Mas mentalidades não se mudam facilmente.”

que “todas as mulheres deviam saber ser mulheres”. “Enquanto não houver o Dia Mundial da Mulher, não é de descansar. Mas mentalidades não se mudam. Vamos vendo se ao Dia Internacional da Mulher se vai juntando mais algum país. Porque sabemos que a mulher é muito maltratada em muitos países”, lamenta.

Não deixa nada por fazer e admite: “agora estou numa qualidade de vida, mas, se for preciso, e se não for preciso muito do meu tempo, eu aceito o desafio. Ainda continuo a ser mulher”, demonstra.



▲ Inauguração da Escola Básica da Boavista de Sta. Margarida



▲ Um dos almoços de fim-de-ano dos professores



Editorial

José Diogo Fernandes
diretor@olouzadense.pt

Um ano de pandemia! O que mudou? Muitas realidades!

Desapareceram conhecidos, amigos e familiares, direta ou indiretamente devido a este episódio inesperado e transcendental. Quando o país caminhava com passos lentos, mas seguros para algum equilíbrio económico e financeiro, surge um fator completamente fora do nosso alcance e controle. Temos mais cidadãos desesperados por não ter emprego, outros por não conseguirem abrir os seus espaços de trabalho, outros por não terem assistência médica que necessitam, outros por não conseguirem continuar ajudar os filhos, outros por não terem esperança.

Acreditamos que as vacinas venham dar luz ao nosso futuro, mas o verdadeiro balanço de todos estes meses, apenas será contabilizado lá mais para a frente. Provavelmente com resultados sociológicos gravosos, que levarão bastantes anos a ultrapassar.

Este mês também tem um significado importante para a igualdade de género. Todos os meses têm! Pois esta luta pela equidade de género na sociedade (por vezes desumana) deve ser constante e resiliente. Convém recordar, que está inscrito pela Organização das Nações Unidas (ONU): “Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda parte. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública. Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais”. Não será por acaso, que a ONU, em setembro de 2015, definiu um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre os quais está o número 5, que visa alcançar a igualdade de género, colocando termo a todas as formas de discriminação, violência e quaisquer práticas prejudiciais contra mulheres e raparigas nas esferas pública e privada. Apela igualmente à plena participação das mulheres e à igualdade de oportunidades para a liderança a todos os níveis da tomada de decisões políticas e económicas.

Tudo isto será uma luta constante e permanente para a qual devemos contribuir. Corremos o risco de nos envergonhar, enquanto cidadãos de plenos direitos. Só o facto de ainda ter de se escrever e preconizar é sinal que há muito a construir neste sentido e em muitas partes do mundo. O Louzadense pretende, de uma forma singela, simbólica, mas efetiva, contribuir para esta construção de igualdade, alvitada por muitos, mas concretizada por poucos. Assim, temos uma edição onde se releva a condição feminina, não deixando de relembra a violência que ainda é alvo.

A nossa “Grande Louzadense” é Teresa Valiñas. Professora bem conhecida no concelho, foi durante muitos anos delegada escolar (responsável pela coordenação das escolas do 1º ciclo), bem como figura ativa na sociedade lousadense. Personalidade discreta, diligente, de trato fácil e empático, marca uma geração de mulheres que tiveram de se impor a uma sociedade machista e arcaica.

No “Louzadenses com Alma” recordamos Maria Emília Coelho Alves, da freguesia de Sousela. Mulher destemida e determinada, viu-se viúva com trinta e cinco anos e seis filhos para criar. Dedicou-se ao comércio de calçado, tendo para isso que percorrer a pé com um saco na cabeça e outro no braço, desde Moreira (Lousada) até Sobrosa (Paredes). Mais uma figura feminina lousadense relevante pela tenacidade e arrojo.

O LouzaRock continua com a sua segunda homenagem ao rock lousadense, desta vez com a banda “Kriptons”, formada por Paulo Natalino Barros, Alfredo Campos Alves, Augusto Freire, Rui Magalhães e Francisco Fernandes.

Edição dedicada fundamentalmente à Mulher, abordando também a vertente da violência de que são alvo e que nos devia envergonhar, enquanto sociedade do século XXI.

Desejamos prosseguir a nossa missão de proporcionar aos nossos leitores uma outra perspetiva da nossa comunidade.

Boa leitura!



“Emília Sapateira, uma mulher que quebrou barreiras e preconceitos”

Às portas do dia internacional da mulher deste ano (8 de março), trago aos Louzadenses com Alma a história de uma mulher que foi um exemplo de defesa dos ideais femininos. Maria Emília Coelho Alves, do lugar de Moreira, da freguesia de Sousela, em Lousada, ficou conhecida por Emília Sapateira ou pelo diminutivo “S’Mila”, que era a abreviatura de Senhora Emília.



Foi casada com José Gonçalves da Costa, industrial de calçado de Sousela, que faleceu em 12 de setembro de 1965, aos 39 anos de idade, num acidente de motorizada que chocou a população daquele lugar, pois além de ser pessoa muito estimada deixava seis filhos todos menores (a mais velha com 14 e a mais nova com 1 ano de idade): Dina, Teresa, José, Ernesto, Leonardo e Laura. A viúva Maria Emília, que tinha 35 anos, viu-se de repente com seis crianças para criar e um negócio para gerir. Não se deixou atemorizar

e empreendeu sozinha a função de mãe e de trabalhadora, com uma esotocidade e empenho notáveis.

Desde muito nova que Maria Emília deu a entender que seria uma mulher destemida e determinada. Começou a namorar com José aos 15 anos e casou aos 20. Eram ambos progressistas no pensar e nos ideais. Ajudou José Gonçalves da Costa a instalar uma oficina de reparação de calçado usado e produção de calçado novo, nos fundos da casa, em Moreira, dando seguimento a uma atividade que já

vinha da família dele. Além do empreendedorismo laboral, José ficou conhecido por ser um democrata e contestatário do antigo regime. Dizem os seus contemporâneos, que em certas noites ele juntava-se com alguns empregados e amigos para ouvir às escondidas a Rádio Portugal Livre, que atacava a ditadura de Salazar. A esposa partilhava desses ideais e com o marido chegou a ir a um comício de Humberto Delgado, em Guimarães, em 1958.

O futebol foi uma das paixões de José Gonçalves da Costa, que

contribuiu decisivamente para a construção do campo de futebol de Moreira, que tem o seu nome. Tal como o marido, também Maria Emília gostava de futebol em geral e do Freamunde em especial. Em finais da década de 1950 era difícil ver uma mulher a assistir a um jogo de futebol em Portugal e diz quem sabe que em Freamunde a primeira foi Maria Emília, que a convite do marido foi com ele de motorizada, mas não sem que antes ele a avisasse que não havia mulheres a assistir ao jogo, mas nem por isso ela se

conteve. Também iam ao cinema ao Porto, igualmente de motorizada, eventos esses que figuraram entre as memórias prediletas desta senhora.

Poucos anos depois de enviudar, Maria Emília decidiu mudar a estratégia do negócio: passou a dedicar-se ao comércio e deixou a indústria do calçado, embora tenha mantido a oficina de reparação, onde trabalhava o seu filho Leonardo.

Maria Emília orgulhava-se em dizer que, durante 22 anos percorreu a pé, com um saco na cabeça e outro no braço, desde Moreira (Lousada) a Sobrosa (Paredes), passando por Paços de Ferreira, Freamunde e Senhora da Luz. Vendia todo o tipo de calçado, que comprava à consignação em fábricas e fornecedores de Lousada, Felgueiras e até Guimarães.

Maria Emília Coelho Alves faleceu em 28 de novembro de 2019, a menos de um mês de completar 90 anos.



José Carlos Carvalheiras

Pub.



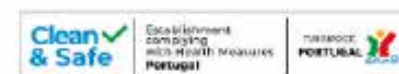
Louzadenses com Alma é patrocinado por
Clínica Médico-Dentária Sandra Silva

Rua Palmira Meneses, edifício ACT, nº 590 - Lousada
Telefone 255 815 983 clinicasandra@psapo.pt



Viaja com a *Pena Travel*
Viaja para todo o **MUNDO**

"De todos os livros do mundo, as melhores histórias encontras no meio do teu passaporte."



R. General Humberto Delgado n°22 | AP. 36 Silveiras 4620-659 Lousada | Contactos: 919755022/255096863 | email: penatravel1@gmail.com | Alvará n.º00355 | TCC n.º300770 | Rnavt n.º8842

Enfermagem e voluntariado: a vontade de servir o outro

A mais velha de quatro filhos, Emília Carvalho é fruto do amor entre uma moleira e um empregado fabril. Com eles aprendeu os valores da família e o respeito pelo outro. Nasceu em 1970, em S. Miguel, em sua casa. Pessoa simples, que acha que a sua missão na terra é estar ao serviço do outro. É enfermeira e pretende deixar a sua pegada, “nem que seja uma sementinha pequenina”.

Amiga do seu amigo, aprendeu na família a respeitar o outro, o espírito de entreatajuda e a distribuição de tarefas, através das longas conversas que mantinham às refeições. Muito nova, foi viver para a Alemanha, onde aprendeu o significado de saudade e o acarretar as consequências das suas escolhas.

“A minha infância passei na Alemanha, dos três até aos 10 anos. Às vezes sinto que sou daqui, mas não sou daqui, sou de todo o lado. Conheço a realidade do que é ser emigrante. Conheço a realidade do que é uma criança crescer afastada dos seus familiares. Tenho ideias muito atuais de quando vínhamos cá de férias, era a liberdade total. Naquela altura, a vida de emigrante era complicada”, explica Emília Carvalho.

E é essa experiência que acredita ter transformado a sua mentalidade, “em termos de evolução do ser e do estar em sociedade, porque saía de Portugal onde se vivia em casas em que o chão era terra e ia para um país onde já era tudo alcatroado, luminosidade, a que estamos habituados hoje”.



▲ Emília Carvalho

“O ser emigrante é pertencer a todo o lado e não pertencer a lado nenhum.”

“O distanciamento entre as pessoas e a falta de pensar no bem comum entre todos, sempre mexeu um bocadinho comigo. O ser emigrante é pertencer a todo o lado e não pertencer a lado nenhum. Quando vínhamos cá, as pessoas daquela altura achavam sempre que as raparigas que eram emigrantes que eram ‘mais à frente’, que eram ‘mais fáceis’. Era a cultura de educar as meninas para o casamento, não havia aquela cultura de investir na educação”, afirma.

Desde muito nova que aprendeu a ser responsável e independente. “Aos sete anos aprendi a cozinhar com o meu pai e a tratar dos meus irmãos. A forma de vida na Alemanha era diferente. Ao fim-de-semana fechava tudo, que isso era tempo dedicado à família”, conta.

Também a escola primária alemã já era diferente. “Eram várias salas e vários professores para as diferentes disciplinas. Quando, aos 10 anos, voltei para cá e fiquei na casa da minha madrinha, era tudo muito diferente, era mais duro.

Não havia água canalizada, lavávamos a roupa no fontenário. Aqui, com a minha madrinha, aprendi a ser mulher”, revela.

A dedicação à enfermagem e o voluntariado

Licenciou-se na Escola Superior de Enfermagem do Porto, mas nunca sonhou ser enfermeira. Hoje adora o que faz e considera que o seu contributo é “dignificar a classe pelo saber ser, saber estar e saber fazer com o foco sempre no utente, valorizando a sua autonomia e fazer valer o seu papel numa equipa multidisciplinar”.

O percurso profissional começou no Hospital de Fafe, onde permaneceu durante 15 anos. “Foi o prolongar de tudo o que tinha aprendido no curso. Naquela faculdade já nos incutiam o dignificar a profissão e a autonomia da enfermagem. Era como se fosse uma escola. Ainda hoje recordo com muita saudade aqueles anos”, expressa.

“Não sou materialista, quero é uma profissão que me permita

“Não quero ser escrava das coisas, quero é viver a vida e ajudar os outros.”

uma estabilidade para suportar o essencial, porque nunca liguei a altas marcas. Não quero ser escrava das coisas, quero é viver a vida e ajudar os outros”, confessa.

E é com a vontade de ajudar os outros que acaba por surgir na sua vida a Juventude Mariana Vicentina (JMV). “Encontrei a minha missão na Terra. A JMV é uma cultura de vida a nível mariano, seguir o exemplo de cultura de vida de Maria a quatro níveis: vicentino (promover e fazer caridade organizada), missionária (missão nos vários campos nacionais) e ad-gentes eclesial (pertencemos à comunidade, somos Igreja)”, conta.

Uma das grandes marcas que deixou no voluntariado foi a missão que realizou em Moçambique, de 16 de abril a 15 de julho de 2001. Após alguns anos na JMV, julga que essa é a sua missão: “dar motivação aos jovens e conseguirmos fazer várias coisas na vida em prol do bem comum com organização e entrega. Sinto muito orgulho nos jovens que viveram esta filosofia de vida e hoje são licenciados e membros ativos na comunidade”.

Entrada na política: a missão de mudar mentalidades

Não se considera política, mas aceitou o desafio “para tentar mu-

dar mentalidades e dar o meu contributo para a realização de ações e obras que promovam a segurança e a qualidade de vida de todos. E que todos sejam responsáveis pela situação que vivemos em sociedade, gerindo bem os recursos”.

“Fazer parte e ter visibilidade é ingrato, porque tão depressa somos colocados num pedestal como de repente somos bombardeados”, afirma. Desde 2017, é membro da Assembleia na União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida).

“Faço as coisas porque gosto, por altruísmo, não esperando nada em troca. O que eu espero do outro é que pelo menos não digam mal. E quando precisamos que haja pelo menos respeito e não manifestem o ódio”, refere.

Emília Carvalho pensa que antes de ser enfermeira, antes de ser

“Falta-me melhorar cada vez mais o meu eu. Falta-me abanar a consciência das pessoas e fazê-las perceber que o que fazemos não é para termos visibilidade, mas para o bem de todos.”

membro da Assembleia, é pessoa. “Para ser melhor enfermeira e para ser melhor membro da assembleia, eu tenho de ser melhor pessoa ainda. Falta-me melhorar cada vez mais o meu eu. Falta-me abanar a consciência das pessoas e fazê-las perceber que o que fazemos não é para termos visibilidade, mas para o bem de todos”, garante.

“Querida trazer para a política local esta forma de estra: o executivo que ganha é o que faz, mas temos a Assembleia que também deve estar envolvida, mesmo sendo elementos da oposição. Devíamos fazer em conjunto algo para o bem comum”, afirma.

Neste momento, “estou na fase da vida em que estou a trabalhar a minha flexibilidade pessoal para ultrapassar a falta de noção do ridículo do que se diz”, expõe. Na vida, acredita que cada um é responsável pela sua felicidade e o que pretende “é incutir nos jovens que temos de estar nos locais por mérito e não pelo fator cunha”.

“Com a covid-19, devemos aprender a cumprir com os direitos e deveres cívicos, respeitando o ambiente e promover o humanismo”, termina.

Um ano de covid-19: o que mudou?

As marcas da pandemia continuam vivas naquele que foi o primeiro concelho a registar casos positivos de covid-19. Um ano depois, a insegurança ainda assombra o quotidiano dos lousadenses, os primeiros a lidar com o desconhecido. Da indústria à economia, do comércio ao turismo, do desporto à cultura, do emprego à saúde, sem esquecer a educação: Lousada está diferente. Mas o que mudou?



Os dois primeiros casos de covid-19 foram reportados pela ministra da Saúde a dois de março de 2020. Mas o novo coronavírus entrou em território nacional a 21 de fevereiro. A nove de março, começaram a ser anunciados em todo o país cancelamentos de eventos, feiras e festas. Em Felgueiras e Lousada, a situação agudizava-se e a Direção Geral da Saúde (DGS) recomendou a limitação de deslocamentos. A 11 de março, a Organização Mundial de Saúde decreta o surto como pandemia mundial.

“Foram os piores dias de vida autárquica que todos tivemos”, afirma Pedro Machado, presidente da Câmara Municipal. “Fomos muito incompreendidos pela generalidade das pessoas, porque não tinham consciência do que estava a acontecer e da gravidade da situação. Foram dias muito complicados”, refere.

A primeira preocupação, ao registo do primeiro doente, foi: “estas pessoas vão precisar de retaguarda e não queremos que aqueles que estão mais próximos se coloquem em risco para dar ajuda a estas pessoas”. Por isso, foram criadas equipas de retaguarda e que poderiam ser “imprescindíveis”.

“O que mais me chocou foi sentir-me discriminado, sentir que os meus concidadãos foram discriminados, logo no início.”

Em forma de balanço, “o que mais me chocou foi sentir-me discriminado, sentir que os meus concidadãos foram discriminados, logo no início.”

Parecia que os cidadãos de Lousada e Felgueiras tinham lepra. Foi necessário tomar uma posição de grande contestação junto dos reitores das universidades, por exemplo. Os próprios hospitais cancelaram consultas de cidadãos de Lousada e Felgueiras justamente por esse receio”, lamenta.

Casos positivos e mortes registadas

No norte do Vale do Sousa, morreram 251 pessoas desde o início da pandemia, com novembro a registar o maior número de óbitos. No conjunto dos concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, que correspondem ao Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) Tâmega III, morreram 119 pessoas em novembro e 48 em outubro, no período mais crítico até ao momento da pandemia neste território. Em dezembro, o número de óbitos baixou para 32 e, em janeiro de 2021, para 26.

No total, segundo o autarca e dados da Administração Regional de Saúde (ARS) Norte, no concelho de Lousada morreram cerca de 80 pessoas vítimas da covid-19. A taxa de letalidade é, atualmente, de 1,19% na região, abaixo da região norte (1,41%) e nacional (1,71%).

Até 30 de dezembro, o grupo etário com mais óbitos estava compreendido entre os 80 e 89 anos, com 94 mortes, seguindo-se o grupo entre os 70 e os 79, com 65 óbitos. No conjunto dos três concelhos, foram contabilizados cerca de 20 mil casos posi-

vos. O grupo etário mais afetado pelo SARS-CoV-2 foi a faixa etária entre os 40 e os 49 anos, seguindo-se as pessoas entre os 50 e os 59 anos.

Paços de Ferreira foi o concelho com mais casos (8.461), seguindo-se Lousada (6.369) e Felgueiras (6.323). Nos últimos 14 dias, Lousada regista um nível de risco “moderado”, o que significa que tem menos de 240 casos por 100 mil habitantes.

Plano de vacinação

O plano de vacinação “é a nossa grande esperança e aposta”, confirma o autarca. A autarquia colocou ao dispor do ACeS o Espaço AJE de forma a ser utilizada para uma vacinação massiva. “Neste momento, por ainda haver falta de vacinas, ainda não foi utilizado e, portanto, a vacinação está a decorrer no Centro de Saúde de Lousada e Meinedo. Quando houver um reforço a nível nacional está pronto a ser usado”, garante.

Por esta altura, estão vacinados com a segunda dose os utentes e funcionários ilegíveis dos lares, e com a primeira dose os militares da GNR e Bombeiros. Os utentes com mais de 80 anos estão também a receber a primeira dose.

“A grande dificuldade é chegar ao contacto com estes utentes. Poucos terão telemóvel ou um contacto registado nos ficheiros da ARS e ACeS. Já estávamos a antever que houvesse esta dificuldade, porque este tipo de vacinação tem de ser muito rigoroso, no que diz respeito à marcação. Há

um tempo máximo para a utilização das vacinas e tem de ser tudo muito bem programado e delineado”, alerta.

Setores mais afetados

Da indústria à economia, do comércio ao turismo, do desporto à cultura, do emprego à saúde e sem esquecer a educação, muitos foram os setores que registaram uma quebra nas vendas, lucros e qualidade do serviço. Ao longo deste ano, “O Louzadense” tem auscultado alguns dos intervenientes destes setores, que não traçaram um futuro risonho para os seus negócios.

No que diz respeito à educação, “já estamos em risco moderado e é urgente o regresso às aulas presenciais, nem que seja, numa primeira fase, aqueles que têm mais dificuldades no ensino à distância”, alerta, referindo que esta modalidade pode ter consequências no futuro das crianças.

Relativamente ao desporto, “vai deixar também marcas, mas creio que aí será mais fácil a recuperação se conseguirmos ultrapassar este problema, este ano. Acho que vai haver condições para se iniciar uma nova época desportiva já sem grandes constrangimentos”, reflete o autarca.

No setor do turismo, 89,9% dos agentes económicos conseguiram evitar despedimentos, segundo um inquérito realizado pela autarquia

em setembro passado, onde participaram 12 alojamentos turísticos, oito restaurantes, seis agências de viagem, um museu e quatro empresas de outros setores de atividade.

Pedro Machado reflete que há áreas “que sofreram e estão a sofrer muito mais do que outras. Infelizmente, algumas atividades empresariais não vão conseguir sobreviver, mas acredito que, vencendo o problema de saúde pública, o dinamismo e o empreendedorismo dos nossos empresários farão a diferença e que a curto prazo, nem que tenham de nascer de novo, eles não vão desistir”.

Desemprego cresceu

Se em termos de saúde pública “já vemos a luz ao fundo do túnel com esta campanha de vacinação e vamos conseguir a imunidade de grupo”, no que respeita ao emprego as dúvidas “são muito maiores e tudo o que dissermos é um exercício quase de adivinhação, se efetivamente estes números vão piorar ou não”, expressa.

Em Lousada, segundo dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), em janeiro de 2020 estavam registados 1 400 desempregados. Um ano depois, o concelho regista 1 776 desempregados. A maior diferença encontra-se no número de inscritos à procura de um novo emprego (+ 338) e nos que se inscreveram há menos de um ano (+ 203).

“São números em demasia. Mas confesso que no início pensei que ia ser muito pior.”

“Nunca pensei que, um ano depois, pudéssemos ter apenas mais 300 desempregados. São muitos, não estou a desconsiderar, são números em demasia. Mas confesso que no início pensei que ia ser muito pior”, menciona.

Segundo os dados da PORDATA, em 2020 foram dissolvidas por escritura pública 71 sociedades, menos seis que em 2015, registando um número maior no setor de atividade dos serviços (36).

Os novos hábitos de consumo e apoios

Com o fecho de alguns estabelecimentos, os hábitos de consumo dos lousadenses foram-se reinventando, privilegiando o comércio local e o digital. “Não era um hábito generalizado no concelho, mas agora já começa a ser normal vender-se online e já temos imensos exemplos de sucesso de empresários e comerciantes que estão a conseguir escoar o seu produto por via das vendas online e

serão tendências para ficar”, comenta Pedro Machado.

Esta alteração de hábitos, por parte dos portugueses em geral, teve especial enfoque nas mulheres e nos mais jovens (entre os 18 e 24 anos), de acordo com o inquérito realizado pela Ageas Portugal e a Eurogroup Consulting Portugal, com o intuito de identificar tendências emergentes no contexto da covid-19.

Para fazer face às dificuldades de empresas, famílias e associações, a autarquia tem disponibilizado algumas receitas. O valor disponibilizado ao associativismo ronda os 400 mil euros, mas era o comum e manteve-se o valor dos anos anteriores.

“Relativamente à pandemia, deve rondar os cerca de 200 mil euros o valor que disponibilizamos para fazer face a um conjunto de necessidades, como a de equipamentos de proteção individual para um conjunto generalizado de instituições”, explica.

As plataformas criadas

Em março passado, foi criada a linha telefónica covid-19 para esclarecer qualquer questão, mas sobretudo direcionada para quem estava infetado ou em isolamento e que precisasse de ajuda.

Quando os números começaram a crescer exponencialmente, em outubro, “fomos insistindo com a Autoridade de Saúde para rentabilizarmos os recursos que tínhamos, porque as

peças que estavam a fazer esse trabalho podiam fazer muito mais. Se, em novembro, tivemos 956 casos, é humanamente impossível dar conta de tantas solicitações. Tínhamos vindo a demonstrar essa disponibilidade, mas houve sempre resistência por parte das Autoridades de Saúde, porque entendiam que esse trabalho devia ser feito por técnicos de saúde. E, de facto, foi uma luta que só conseguimos ganhar com a vinda do Sr. Primeiro Ministro à região”, esclarece.

Nessa altura, o que estava crítico “era a quantidade de pessoas que estavam ansiosas, em casa, há alguns dias, à espera de um contacto sem ninguém as contactar. Sinalizamos esse problema e dissemos qual era a solução. A solução passaria por se criar equipas multidisciplinares e que, após uma orientação da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), pudessem fazer perguntas e esclarecerem situações que deviam ser verificadas”, revela.

No regresso à normalidade, Pedro Machado acredita que o grande desafio “é que as pessoas percebam que mais vale fazermos mais algum sacrifício durante mais algum tempo e quando começarmos a desconfinar estejamos em condições de não pôr em risco todo o trabalho que foi feito. A experiência diz-nos que para melhorarmos os indicadores precisamos de várias semanas, mas para piorar é num instante”.

Desempregados em janeiro de 2021 em Lousada*						
Género		Tempo de Inscrição		Situação face ao emprego		Total
Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
613	1163	1060	716	174	1602	1776


*Fonte IEFP

Desempregados em janeiro de 2020 em Lousada*						
Género		Tempo de Inscrição		Situação face ao emprego		Total
Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
486	914	857	543	136	1264	1400

*Fonte IEFP



Pub.



12 mar
21h00

Encontro de Pais 2021/2022
Dr. Júlio Machado Vaz

Online em: fb.com/cmlousada

“Sexualidade na Adolescência”



LOUSADA
Património vernacular, um olhar contemporâneo

“O património construído vernáculo é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo” (ICOMOS, 1999)

De 1 de março a 30 de abril de 2021

V

Concurso Fotografia

Normas de participação e ficha de inscrição:
www.cm-lousada.pt/p/concursofotografia

Mais de 800€ em prémios!



As lutas femininas que ainda estão por conquistar

Desde sempre que os livros contam histórias de heróis, homens conquistadores, inventores e pioneiros e, atrás desses homens, pode até ter havido algumas mulheres. No entanto, existiram outras que se recusaram a ficar na sombra e lutaram pelos seus direitos. Na semana em que se celebra o Dia Internacional das Mulheres, a oito de março, conhecemos três mulheres lousadenses que lutaram pelo seu lugar e por aquilo que as faz feliz.



Não há muito tempo, as mulheres não podiam participar nas competições de desporto, não tinham cargos de poder e tinham profissões intituladas “apenas para mulheres”. Desde a Implementação da República à Revolução dos Cravos, têm sido várias as associações e feministas que lutam pelos direitos das mulheres. Durante o Estado Novo, esse ativismo foi silenciado, mas as protagonistas não desistiram. Mas são ainda muitos os percursos esquecidos e por conhecer.

O Ano Internacional das Mulheres foi proclamado, pelas Nações Unidas, em 1975, tendo-se seguido a Década das Nações Unidas para as Mulheres. Neste mesmo ano, realizou-se a “I Conferência Mundial Sobre as Mulheres”, na Cidade do México, na qual Portugal esteve representado através de um grupo de trabalho da Comissão para a Condição Feminina (CCF), atualmente Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

Fernanda Alves, 50 anos, é professora de saxofone e, ao mesmo tempo, é Diretora Pedagógica do Conservatório do Vale do Sousa, desde 2003. “A minha vida foi

dando muitas voltas. O meu pai sempre teve a ideia de nos dar a formação em tudo e mais alguma coisa. Achava que tínhamos de estar na escola, de ter música, ter formação em computadores. No fundo, eu até gostava de muita coisa”, comenta.

“Ser professora foi um complemento à carreira que tinha enquanto músico. As atividades complementam-se, porque continuo a achar que um bom músico se tiver uma grande atividade musical consegue influenciar os seus alunos e, ao mesmo tempo, ensinar”, acrescenta.

Inicialmente, quando começou a carreira na música e, nomeadamente, na Banda de Música, “eram sempre muito poucas raparigas, sempre me vi no meio dos homens. E sempre fui muito acarinhada, nunca tive qualquer problema. Aliás, no 9.º ano, até tirei um curso de eletrotecnia”, brinca.

Chegar a um cargo de poder, “foi um desafio em espírito de missão”, explica, “porque a escola estava a passar um período menos bom. Mas foi um bocadinho sem querer. Nem estava nos meus projetos e objetivos. Preferia dar aulas a estar enfiada num gabinete”.

“Há muitos preconceitos que acabam por ser aspetos culturais, vivemos numa sociedade em que esta diferença está muito vincada.”

Fernanda Alves

Fernanda acredita que depende de cada um chegar ao que deseja. “Se as pessoas forem aceites nos cargos e nas suas profissões só porque são empenhados e bons trabalhadores, acho que isso será o ideal. Apesar de que, acho que a sociedade está tão formatada nestas desigualdades que vão sempre pôr dúvidas”, lamenta.

“Há muitos preconceitos que acabam por ser aspetos culturais, vivemos numa sociedade em que esta diferença está muito vincada. Nos próprios textos das bíblias, por exemplo, que são documentos essenciais na nossa cultura, isso está muito vincado. Que a mulher deve ser submissa e isso está de tal forma na nossa sociedade que é difícil mudar”, reflete.

Para atingir a igualdade, a professora acredita que falta “respeito, que é o princípio e valor fun-

damental. As mulheres têm de ser fortes. Não se menosprezar, não duvidar do valor que têm. Têm de ser fortes. Os homens sempre dominaram tudo por causa da força. No geral, as mulheres são capazes de fazer muitas coisas ao mesmo tempo.”

A mulher no desporto

As Nações Unidas começaram a celebrar o oito de março como o Dia Internacional das Mulheres, que simboliza a vontade de promover a igualdade entre mulheres e homens a todos os níveis da vida cívica, política, económica, social e cultural.

Em dezembro de 1977, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução que proclamou um Dia das Nações Unidas para os Direitos das Mulheres e para a Paz Internacional a ser celebrado nos Estados Membros num dia escolhido de acordo com as suas tradições nacionais. Para a ONU, o dia é comemorado a oito de março, celebração esta a que Portugal se associou desde 1975.

Carla Nunes, 24 anos, é treinadora e fundadora da modalidade de atletismo na Associação Desportiva de Lustosa (ADL), desde

2015, e atleta, juntamente com a irmã, que também é licenciada em Desporto.

“Desde sempre que adoro desporto, não só o atletismo. Naquela altura, como a minha irmã também gostava muito de correr, sugeri que nos inscrevéssemos num clube de atletismo para levar as coisas mais a sério. Até nem ligava muito, mas a paixão foi aumentando ao longo do tempo”, revela.

Das conquistas como atleta recorda uma “há cinco anos, que estava na minha melhor forma, que fui 5.ª classificada no nacional e 5.ª classificada no Corta-Mato de Apuramento para o Campeonato Europeu”.

Como treinadora, “todos os anos, em todas as provas, temos sempre pelo menos uma criança ou duas que sobem ao pódio. Mas uma das maiores conquistas, foi a minha irmã, que em 2018 foi vice-campeã nacional de Corta-Mato e, nesse mesmo ano, uma atleta foi 3.ª classificada no Corta-Mato escolar nacional”.

O desporto é uma meta longínqua para a igualdade de género, ainda dominado pela discriminação e pelos estereótipos. Será que

as mulheres algum dia vão vencer a corrida pela igualdade no desporto? Por enquanto, apenas 30% dos desportistas federados em Portugal são mulheres.

“Se formos fazer uma competição de 10 quilómetros de estrada, existem prémios monetários. O prémio para as mulheres é sempre, ou 90% das provas, menor que o dos homens.” Carla Nunes

“Infelizmente, em pleno 2021, ainda existem algumas diferenças entre homens e mulheres. O exemplo mais estrondoso é nos prémios. Se formos fazer uma competição de 10 quilómetros de estrada, existem prémios monetários. O prémio para as mulheres é sempre, ou 90% das provas, menor que o dos homens. Nunca percebi isso se correm os dois a mesma distância, têm os dois o mesmo mérito”, lamenta. Por isso, nas corridas organizadas pela ADL, tentam que isso não aconteça.

Uma outra situação que a incomoda, e que acredita não se conseguir mudar de um dia para o outro, é: “eu e a minha irmã vamos a correr na rua, se for um homem está tudo bem, se estiver calor e formos de calções não nos livramos dos piropos, apitadelas e essas coisas que incomodam. Infelizmente, acontece quase todas as vezes em que vamos correr para a rua”.

Para a jovem, “este é um dia bastante importante que marca as conquistas que todas tivemos até hoje e acho que é um dia que deve ser celebrado. E deve ser um direito de todas as mulheres celebrá-lo”.

A mudança, considera, “deve começar pela educação que os pais dão aos filhos e filhas desde pequenos que não existem coisas para homens ou mulheres. Que o futebol não é para homens e o ballet para as mulheres”.

“Gostava que pensassem que não é um género ou a ligação de um género a uma modalidade que deve ser um entrave para elas praticarem o que elas gostam. Se gostam de futebol, joguem. Se gostam, façam. Não interessa o que os outros pensam, o que os outros dizem. O que interessa é o que nos faz feliz”, acrescenta Carla Nunes, numa mensagem dirigida às meninas que queiram seguir os seus sonhos.

A mulher na “profissão para homens”

Nos dias que correm, já é frequente ver-se uma mulher a exer-

cer profissões que continuam a ser associadas aos homens e a que poucas mulheres têm acesso. Se, antigamente, o mundo laboral era constituído por homens e as mulheres ficavam responsáveis pela casa, hoje não é assim. Se trabalham lado a lado e cuidam da casa juntos, faz sentido continuarem a existir diferenças salariais no final do mês?

Rosa Mendonça, 39 anos, foi carteira, durante cerca de um ano. Por força de um acidente rodoviário, acabou por procurar outra profissão. Por coincidência, ou não, ingressa na profissão de maquinista do Metropolitano de Superfície do Porto no dia oito de março de 2004, onde se mantém até hoje.

“Sempre fui muito acarinhada pela população, achavam graça ao facto de andar uma mulher de mota a distribuir correspondência. Senti-me sempre muito acarinhada. Ainda hoje é o dia que encontro pessoas dessa fase da minha vida que dizem ‘olha a menina carteira’ ou ‘olha a nossa carteira’. Sempre fiquei conhecida por ser a carteira”, recorda.

Hoje em dia, no Porto “é igual. Numa fase inicial, havia quem achasse engraçado, quem aplaudisse. E havia, mais a parte masculina, que preferia esperar pelo veículo seguinte. Fui das primeiras, acho que a segunda mulher a entrar para a parte da condução”, explica.

Mas continua a ser difícil para uma mulher chegar a um cargo superior: “vejo isso na empresa onde eu trabalho. A nível de maquinistas não somos muitas, mas já somos algumas, mas noto que passar deste patamar para cima, que a ascensão de maquinista para responsável direto ainda há aqui uma resistência”.

São 16 mulheres, no meio de quase 300 maquinistas. “Mas pela lei da paridade, já merecíamos ter uma mulher num cargo de mais responsabilidade. Para poder mandar”, lamenta.

“O que um maquinista masculino recebe por desempenhar a função, exatamente recebo eu por desempenhar a mesma função. Mas sei que há muitas empresas onde as mulheres sentem desigualdade começando logo pela parte salarial.” Rosa Mendonça

“Acho que é muito desigual, não somos reconhecidas por aqui-

lo que fazemos. Por exemplo, na minha empresa não se nota isso, não há desigualdade salarial. O que um maquinista masculino recebe por desempenhar a função, exatamente recebo eu por desempenhar a mesma função. Mas sei que há muitas empresas onde as mulheres sentem desigualdade começando logo pela parte salarial”, afirma.

Sobre o Dia Internacional da Mulher, considera que é um dia

em que “realmente fazem um reconhecimento às mulheres”, mas acrescenta: “por tudo aquilo que ela faz, tudo aquilo que ela desempenha, tem de ser mãe, dona de casa, esposa, trabalha fora de casa. Faz tudo. Acho que não é só um dia por ano, devia ser todos os dias”.

“Ainda há aqui uma grande fronteira, por parte dos homens, que olham para nós como o elo mais fraco. Um pouco de machis-

mo. Olham para a mulher como um ser inferior. Falta reconhecer que é mulher, mas não é por isso que não tem as mesmas qualidades ou capacidades”, afirma.

Às mulheres, deixa a mensagem que as mulheres “devem sempre lutar por aquilo que querem, por aquilo que gostam. Que devem seguir o seu coração e fazerem sempre mais e melhor. É sempre isso que tento fazer e luto pelos meus ideais e pelos meus sonhos”.



▲ Fernanda Alves



▲ Carla Nunes



▲ Rosa Mendonça

Violência doméstica: a realidade de um crime (pouco) público

Como serão os dias de quem ouve o insulto a toda a hora e vive no medo de denunciar com receio do que pode advir? Como serão as noites de quem dorme sem dormir, de quem vive na angústia? Será o medo de que os filhos sofram é maior do que o amor próprio? São variadas as questões que se colocam quando reconhecemos um caso de violência doméstica e aí, paira a dúvida: o que poderíamos ter feito para ajudar esta vítima?

Em 2020, o Governo contabilizou 32 homicídios em contexto de violência doméstica: 27 foram mulheres, duas crianças e três homens. Nota-se uma tendência que já se vinha a desenhar nos dados trimestrais de julho a setembro: o aumento do número de homens que frequentaram programas para agressores. As estatísticas revelam ainda a subida de 26% de presos preventivos e de 28% das medidas de afastamento com pulseira eletrónica.

A violência doméstica constitui uma realidade social intolerável e inadmissível, exigindo uma ação determinada e a congregação de esforços de toda a sociedade para defender, de forma intransigente, a integridade e a dignidade das mulheres. Por isso, o Conselho de Ministros aprovou o decreto que declara o dia sete de março como Dia de Luto Nacional, em homenagem às vítimas de violência doméstica e às suas famílias.

Entre 30 de março e 7 de junho de 2020, a Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica atendeu cerca de 16 mil pedidos de ajuda. As três linhas de apoio nacionais receberam 698 pedidos de ajuda; houve 161 solicitações de auxílio por email e 194 por SMS.

Após o fim do período de confinamento, o número de pedidos de ajuda à Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) duplicou: atingiu a marca dos 4.500 por quinzena.

Mariana, nome fictício, que prefere não ser identificada, tem 38 anos e conhece bem a realidade da violência “que começa por pequenas coisas, que parecem banais”, conta. No seu caso, começou ainda muito jovem, no namoro.

“O facto de não gostar que vás ter com as amigas, ou porque demoras mais um bocadinho te interroga, fica-se na sensação ‘deve mesmo gostar de mim’. E comecei a namorar muito cedo, ainda pior. A partir daí, quando já se sentia seguro, começaram as ameaças. ‘Se também foste eu também vou. Eu fui porque tu foste’. Que vai gerar uma discussão, onde vai surgir um empurrão ou um estalo”, explica.

O tipo de violência mais relatada é a psicológica, com 13%, seguindo-se a sexual, com 1%, e a física, com 0,9%, existindo coocorrência de diferentes tipos de violência.

Segundo a vítima, “é um processo que só tem tendências a piorar”. A violência começou por ser psicológica e foi-se agravando até à violência física. “O problema da violência psicológica é que não nos apercebemos que estamos a ser metidas no meio do jogo. Na altura, eu

achava que era gostar. Achemos sempre que vai mudar e que vai ser diferente”, lamenta.

“O problema da violência psicológica é que não nos apercebemos que estamos a ser metidas no meio do jogo. Na altura, eu achava que era gostar.”

Frequentemente, as vítimas de violência doméstica têm medo do agressor, da sua reação quando não partilham a mesma opinião, de dizer “não”. Podem sentir-se ignoradas, gozadas, humilhadas, ameaçadas, forçadas a justificar tudo o que fazem ou acusadas de estarem envolvidas com outras pessoas.

O primeiro passo é denunciar, mas, para as vítimas, esse ainda é um passo difícil de conseguir. “Primeiro tens aquele sentimento de que chega, de sair da relação. Na psicológica, leva-se muito tempo a perceber que aquilo é um jogo. Na física, há uma tendência mais rápida, mas surge mais o medo. Na primeira vez não dá importância, nem na segunda, nem na terceira”, recorda.

“Tinha medo do que ele me poderia fazer depois de eu denunciar. E isto só ia agravar, e vai-se deixando passar. Até que surgiu uma denúncia, por parte de alguém que se apercebeu. Quando as autoridades chegaram, com medo, eu disse que ele não me estava a bater, só foi uma discussão, não quero fazer queixa”, afirma.

O receio, hoje, é que a filha cresça com a ideia: “é errado, mas a minha mãe ia aceitando, ia ficando e vir a fazer o mesmo, achar que isso fazia parte do amor. Foi ver a minha filha a crescer nesse ambiente que me deu força para denunciar. Ficava alguns dias sem querer ter uma ligação com o pai, procurava-me muito”.

Mariana explica, ainda, que o início da denúncia é um processo complicada

“Quando eu vi que começaram a acontecer ameaças psicológicas à minha filha começou-me a fazer ver que eu poderia vir a ser essa vítima.”

do para a vítima. “É muito complicado a nível psicológico, tem de se enfrentar medos. Quando fiz a denúncia senti-me desprotegida pelas autoridades, porque a morada não foi notificada como urgente. Não estava feita essa notificação. E é preciso mesmo muita força”, expõe.

“Sofri muito, porque surgiu o medo do que poderia acontecer. Vivia com uma pessoa que sabia que era violenta, mas achamos sempre que nunca acontece a nós. Quando eu vi que começaram a acontecer ameaças psicológicas à minha filha começou-me a fazer ver que eu poderia vir a ser essa vítima”, confessa.

E acrescenta dirigindo uma mensagem a todas as vítimas: “o medo é psicológico. Nada pode ser pior que continuar numa relação que não tem futuro. Esqueçam tudo e vivam o momento em que têm de fazer as denúncias, em que têm de procurar ajuda. Não pensem em nada e não desistam, porque eles [agressores] não vão mudar. Nada do que pensarem que pode acontecer é pior do que ficar”.

A violência doméstica é crime público e deve ser denunciada

A violência doméstica já é considerada crime público há alguns anos, mas, segundo Vera Reis, presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lousada, “na perspectiva de quem a sofre e de quem a exerce continua a ser sentido como algo que é privado e que deve ser vivido e resolvido dentro da família, o que torna uma problemática muito insidiosa e de difícil intervenção”.

“Sempre que existam indícios que apontem para a existência de uma situação de violência doméstica [a sociedade] deverá fazer uma participação”. Vera Reis

A sociedade “deve passar uma mensagem clara de intolerância”, afirma, explicando que esta sociedade são os vizinhos, os que ouvem os gritos, o professor que percebe a criança disse que o meu pai estava a ralar com a minha mãe, ou o contrário. “Sempre que existam indícios que apontem para a existência de uma situação de violência do-



▲ Vera Reis é presidente da CPCJ

méstica deverá fazer uma participação”.

Entre 2018 e 2020, o número de comunicações de violência doméstica a esta comissão triplicou. Passaram de 27, em 2018, para 89, em 2020. “Isto é um indicador de que quer a comunidade que ouve está alerta e sanciona, quer as próprias vítimas já recorrem à justiça para pedir ajuda”, reflete.

A situação de violência acaba, naturalmente, por causar um impacto no desenvolvimento das crianças. “Impacto esse que vai ser diferente de acordo com o tipo, a intensidade e a duração dessa violência e das características da própria criança. Existe a probabilidade de uma criança que é exposta a violência doméstica estar sujeita a desenvolver diversas perturbações, quer físicas, quer psicológicas”, alerta a presidente.

As crianças que estão expostas a padrões de violência podem, a longo prazo, “fazer a identificação ao agressor, que permite à criança sentir-se forte. Ou tornarem-se extremamente retraídas e pouco confiantes no mundo. Podem desenvolver esse espectro de comportamentos”, menciona.

“Esta situação de violência está associada ao consumo de álcool. Em Lousada, é a situação mais prevalente.”

“Não raras vezes, esta situação de violência está associada ao consumo de álcool. Em Lousada, é a situação mais prevalente. Não existe um perfil único, mas o abuso do consumo de álcool é muito incidente e, ainda, situações de saúde mental, como alterações de personalidade e outros traços patológicos, aí a psiquiatria é fundamental”, testemunha.

O que poderá estar a faltar “é uma maior consciencialização da sociedade civil. Perceber que deverá ter uma participação ativa para comunicar este tipo de fenómenos. Acredito que se houvesse

mais respostas do ponto de vista da saúde mental, e que as pessoas que passam por essa situação tivessem um programa dirigido às vítimas e agressores, acredito que a prevalência desta problemática tenderia a diminuir”, termina,

Se é vítima de violência e precisa de ajuda:

Esteja atenta/o aos sinais que ajudem a prever comportamentos violentos, como o aumento do tom de voz, gestos bruscos e alterações na linguagem.

Quando identificar sinais de alarme procure espaços seguros.

Alerte os/as vizinhos/as para que, caso ouçam gritos ou barulhos suspeitos, telefonem para o 112. Defina com as pessoas que coabitam consigo um código (palavra, gesto) para que contactem o 112, chamem um/a vizinho/a ou abandonem a casa.

Envie uma mensagem para a Linha 3060 ou ligue 800 202 148. É uma linha gratuita de informação às Vítimas de Violência Doméstica da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e funciona 7 dias por semana, 24 horas por dia.

Faça uma participação às autoridades da sua zona de residência. Em Lousada, pode contactar a GNR – 255810470 e a CPCJ - 255 820 500.

Tenha consigo um telemóvel com contactos importantes e memorize alguns. Pode ainda recorrer a outros números e serviços disponíveis como a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) - 21 358 7900 / 116 006, a linha de emergência social através do 144, o 112 se sentir que a sua vida está em risco e o SOS criança através do 116 111, deve ensinar também às crianças como fazer.

CNL e Plano Municipal unidos para promover hábitos de leitura nos jovens

A Fase Municipal do Concurso Nacional de Leitura (CNL) aconteceu nos dias 22 e 24 de fevereiro, onde foram escolhidos três alunos de cada ciclo de ensino, num total de 12, que vão representar o concelho na fase intermunicipal. Para promover a leitura e a literacia ambiental, o Município criou o Plano Municipal de Leitura Ambiente, onde já foram oferecidos cerca de 26 mil livros.

Os alunos fizeram as suas prestações perante um júri composto por três elementos, nomeadamente, Rui Festa, coordenador interconcelhio das bibliotecas escolares, Adelaide Pacheco, da Biblioteca Municipal de Lousada, e Luiz Oliveira, encenador do grupo Jangada Teatro.

Margarida Pinto Nunes, 11 anos, frequenta o 6.º ano e adora ler desde muito nova. “A minha mãe tinha de me contar sempre histórias antes de ir dormir, sempre gostei muito. Mesmo quando ainda não sabia ler”, conta.

Gosta de ler todo o tipo de livro, mas adora os de mistério e aventura, “porque cria uma expectativa, dá vontade de ler até ao fim para descobrir o que vai acontecer. Entro num mundo que é só meu. Onde posso imaginar tudo, voar, viajar”.

“Cria uma expectativa, dá vontade de ler até ao fim para descobrir o que vai acontecer.” Margarida Nunes

Como apaixonada pela leitura, conseguiu, em 2019, um 2.º lugar a nível nacional, com o “Diário de Anne Frank”. “Continuei para saber os meus limites no mundo da leitura e fiquei muito contente por saber que cheguei até ali”, revela.

Já Maria Clara Pereira, 9 anos, frequenta o 4.º ano e aos seis anos já lia. “Gosto de ler porque me deixa feliz e aprendo muitas coisas”. Prefere os contos de fadas para conseguir imaginar o que se passa na história.

“O que mais gosto é de saber como as histórias se passam, onde, quando e o que se sente.” Clara Pereira

Nesta altura de confinamento, já leu quatro livros. “O que mais gosto é de saber como as histórias se passam, onde, quando e o que se sente”. É a primeira vez que participa no Concurso Nacional de Leitura, mas isso não a assusta. “Não é difícil participar. Gostava de ganhar”, afirma.

Plano Municipal de Leitura Ambiente

Em 2015, nasceu o Plano de Leitura Ambiente, de forma a promover os hábitos de leitura e a literacia ambiental. Em articulação com os parceiros locais, como as escolas, bibliotecas, famílias e coletividades, e as entidades externas como as universidades, museus e organização não-governamentais, constituiu-se um instrumento de leitura.

“Quando o projeto nasce, em 2015, nasce para combater a iliteracia, seja ela qual for. Mas em bom rigor, quando temos alguma iliteracia, ela acaba por se refletir em todas as áreas e, portanto, não é apenas na questão ambiental. Embora seja um programa direcionado para as questões científicas e do ambiente, é também um plano, em suma, cultural, porque ao elevar o nível de conhecimento e formação, eu capacito as crianças e jovens para conhecerem o mundo à volta delas”, afirma Manuel Nunes, vereador do ambiente e cultura.

A dinâmica estabelecida incorpora a edição e divulgação de obras literárias, conhecimento do território local e reforço do fundo documental das bibliotecas escolares e dos espaços de leitura disponibilizados em todo o concelho por estabelecimentos comerciais e coletividades.

Biodiversidade, alterações climáticas e sustentabilidade dos recursos naturais são assuntos versados nas diversas obras que, concluído o processo de edição, são oferecidas anualmente a todos os alunos do sistema público e privado que, em Lousada, frequentem o ensino pré-escolar, o 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo de ensino, o 6.º ano do 2.º ciclo de ensino, o 9.º ano do 3.º ciclo de ensino e o 10.º e 12.º anos do ensino secundário.

Todas as obras refletem, de alguma forma a realidade local do concelho. “Decidimos abarcar os vários tipos de literatura associados às escolas e aos jovens, daí termos exemplos com textos dramáticos, prosa, epístolas, contos, o romance e, num próximo passo, a poesia. Para dar a conhecer as diferentes áreas de trabalho e permitir aos jovens contactar com estas realidades. À medida que contactam com elas, desenvolvem mais o gosto pela leitura, adquirem hábitos de leitura e tornam-se mais capazes do ponto de vista da literacia”, reflete.

“Dizer que isto é suficiente para pôr os jovens a ler, não é. Temos de encontrar outras ferramentas.” Manuel Nunes

Ao longo dos seis anos, o programa publicou 11 obras originais. “Dizer que isto é suficiente para pôr os jovens a ler, não é. Temos de encontrar outras ferramentas. Em cinco anos, já quase 26 mil pessoas foram tocadas, só da comunidade escolar. Se virmos isto do ponto de vista das famílias, cada criança com a sua família, já são mais três ou quatro pessoas. Não haverá grandes famílias em Lousada que não tenham, pelo menos uma vez, contactado com alguns destes livros. Quando falamos em pôr os jovens a ler, falamos também em envolver a família e a comunidade”, refere.

Mas acredita que o desafio não se esgota na produção do livro: “esgota-se quando o número de livros requisitados nas bibliotecas escolares, o número de alunos a levar livros para a escola ou a partilhar livros e o número de alunos que mantém o hábito de ler vai aumentando”.

No total, mais de uma dezena de autores e outros tantos ilustradores, escolhidos após auscultação a professores e professores bibliotecários em função da bibliografia relevante nos respetivos escalões etários, colaboraram no projeto editorial.

No caso do programa científico, foram editadas duas publicações: Lousada Geológico (2016) e revista Lucanus – Ambiente e Sociedade (1.º volume em 2017), esta última de carácter periódico, com quatro números editados, com a chancela da Secretaria de Estado do Ambiente, da Agência Portuguesa do Ambiente e do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. No total, foram produzidos 2.750 exemplares destas obras.



▲ Margarida Nunes



▲ Clara Pereira



EDITAL

CAC / 910

Faço saber que INTERLOUSADA - SUPERMERCADOS, LDA., pretende obter licença para uma instalação de combustíveis constituída por Posto de abastecimento (grandes superfícies) destinada a consumo público, sita em Rua Palmira Meireles, n.º 95 (EN 320), freguesia de Silvares, concelho de Lousada e distrito de Porto.

A referida instalação encontra-se abrangida pelas disposições do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na actual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, que estabelece os procedimentos de licenciamento das instalações de armazenamento de produtos derivados do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis e pelos respectivos regulamentos de segurança.

Em conformidade com a disposição no n.º 9 da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro, são convidadas as entidades singulares ou colectivas a apresentar por escrito, dentro do prazo de 20 dias contados da data de publicação deste edital, as suas reclamações contra a concessão da licença requerida pela entidade acima indicada com a seguinte constituição:

Produto	Instalação	Capacidade (litros)
Gasóleo Rodoviário	Enterrado	40 000
Gasolina Super Plus (I.O.98)		10 000
Gasóleo Rodoviário	Enterrado	20 000
Gasolina Euro Super (I.O.95)		15 000
Gasolina Euro Super (I.O.95)		15 000

num total de 100 000 litros.

Infusões que contam histórias

A “Infusões com História” é uma marca conhecida pela produção de chás biológicos. O projeto nasceu em 2017, pensado por Valdemar Sousa e Miguel Moreira, dois apaixonados por atividades de Natureza e Montanha e por tudo o que estas vertentes têm para oferecer.

A marca é “um sonho tornado realidade”, explica Miguel Moreira, um dos fundadores, e é uma empresa que se dedica “à criação e desenvolvimento de tisanas associadas a cada um dos territórios, nomeadamente do Norte de Portugal, é esse o propósito da nossa empresa. Paralelamente, somos pessoas muito sensíveis à economia local, entendemos que a “Infusões com História” deve ser um estímulo a essa economia, na medida em que, trabalhos apenas plantas locais, portuguesas e plantas destes territórios”.

A partir de várias caminhadas e viagens pelos montes e vales da região do Românico e do Douro, a inspiração necessária surgiu e os dois encontraram o caminho certo, que os levou a criarem misturas exclusivas a partir de espécies autóctones.

“Os nossos produtos têm de ser obrigatoriamente 100% portugueses, 100% biológicos, 100% naturais e 100% locais.”

“Respeitamos um triângulo que é, simultaneamente, a base do nosso trabalho e um canal de comunicação. Os nossos produtos têm de ser obrigatoriamente 100% portugueses, 100% biológicos, 100% naturais e 100% locais, poderíamos acrescentar este vértice, já não seria um triângulo, seria um quadrado, mas na base do nosso triângulo é ser 100% bio, 100% natural, 100% português. Progressivamente, fomos acrescentando ao nosso canal de comunicação estes 100% local, que faz todo o sentido, tendo em conta que trabalhamos plantas de um determinado território. Quando falamos de plantas do Românico, não vamos buscar plantas ao Algarve”, esclarece.

No território da Rota do Românico, no Vale do Sousa, Tâmega e Douro, “trabalhamos cinco plantas: a urze, a carqueja, a cidreira, a hortelã comum e a prunela. Com estas plantas fazemos misturas que revertem em três infusões distintas: a Infusão do Mato, a Montanha de Sensações e Românico Português”, explica.

Mais recentemente surgiram os Chás BIO do Douro, onde 6 misturas exclusivas permitem a quem prova, sentir o Douro, o rio, os socos e as vinhas, como mais nenhuma outra marca o permite fazer.

“O Douro tem uma diversidade maior e dentro deste perfil que nos interessa, o aromático. Lá encontramos a folha de oliveira, a folha de videira, o tomilho bela-luz, os orégãos, a folha de framboesira, a erva-peixeira, as calêndulas e muitas outras que são características do Douro”, como o alecrim, louro, nogueira e funcho. “Aí temos seis misturas que desenvolvemos sob a chancela das “Misturas do Rio & da Vinha” para remeter para o Douro, enquanto que a nossa primeira gama chama-se



“Misturas do Românico” para remeter para o território da Rota do Românico.

Atualmente, são duas gamas num total de nove referências, três no Românico e seis no Douro. Os seus aromas exploram as emoções, sentimentos com prazeres e sensações que se prolongam numa viagem. Mais do que uma criação que espelha a região Norte de Portugal, os produtos da marca pretendem ser bilhetes de identidade únicos.

“O facto de ser bio, o facto de ser natural, não é, de todo, um trabalho adicional. É uma opção, uma dinâmica, são princípios de trabalho.”

Os mesmos contribuem para que as tradições, a cultura, a produção biológica e até os parceiros recebam visibilidade e sejam projetados a nível nacional e internacional. Desta forma, apresentam-se através dos seus ingredientes 100% naturais. O objetivo é a recuperação da História e do Património dos territórios, partindo de experiências sensoriais.

“O facto de ser bio, o facto de ser natural, não é, de todo, um trabalho adicional. É uma opção, uma dinâmica, são princípios de trabalho, porque misturar plantas que sejam biológicas ou não sejam dá exatamente o mesmo trabalho. O que na base nos deu imenso trabalho foi identificar as plantas, selecionar as plantas, misturar as plantas para que aromaticamente fossem diferenciadores”, menciona, reiterando que “no mercado português, já existem empresas que fazem produtos interessantíssimos e não queríamos mais um, queríamos ser a “Infusões com História”, com misturas distintas e que, aromaticamente, fizessem diferença”.

Para além disso, têm como missão a valorização e o respeito pelo meio ambiente, pelo Produtor e o património vegetal.

Rota do Românico como ponto de partida

Assim, surge uma parceria com a Rota do Românico, “que serve de inspiração”. Pelo facto de Miguel Moreira viver em Louzada, conhece a Rota do Românico e identifica-se com esse trabalho de valorização do património e território.

“Por isso, fazia todo o sentido eu sensibilizar o meu sócio que, ao criar a nossa empresa, o primeiro território que iríamos trabalhar seria este que tão bem conheço. Paralelamente, sei da sensibilidade da diretora da Rota do Românico para apoiar, alavancar, projetos de desenvolvimento local e estimulem a economia local, tudo isto associado com o enorme potencial que tem a Rota, começamos precisamente por aí”, conta.

Para o fundador, “o nosso design de produto, que também vive no território da Rota, em Paços de Ferreira, colheu muito bem esta ideia e visitou imensos monumentos para se inspirar para criar o logótipo, escolher as cores, por isso todo um conjunto de circunstâncias fez com que começássemos por este território, que nos inspirássemos”.

“Em Portugal, culturalmente, é muito válido, chamarmos chás a tudo, quer seja para as infusões, quer seja para as tisanas. Tivemos de necessidade de comunicar sobre a chancela do chá, mas, em bom rigor, a “Infusões com história” tem infusões e tisanas. Desde o início, a Infusões começou a diversificar aquilo que comercializa, as plantas à volta das infusões e das tisanas, mas também os acessórios para as preparar”, comenta.

Nos catálogos, plataformas digitais e loja online é muito comum encontrar-se o bule, o infusor, o jarro elétrico e muitos outros produtos que estão “associados a uma experiência de 360º à volta do chá, do ritual das infusões e das tisanas”, explica.

Muitas outras foram as parcerias que foram desenvolvendo ao longo do tempo e com diversas marcas das mais distintas áreas. “Combinamos infusões com rebuscados “Dr. Bayard”, com chocolates com a “Pedaços de Cacau”, com bolachas do “Atelier do Doce”, com perfumes, procuramos diversificar o nosso leque de parcerias para que não tenhamos só infusões com infusões, mas infusões com outros produtos que complementam este mundo das infusões”, garante.

Apesar de ter sido pensada em 2017, chegaram ao mercado apenas no último trimestre de 2019, ou seja, “os primeiros produtos que comercializamos foi nessa altura e temos pouco mais de um ano. Esta é a montra que nos podemos basear para fazer um balanço. Em 2020, vendemos 10 vezes mais do que em 2019, também não seria difícil, porque só trabalhamos um trimestre e em 2020 foram quatro. Por isso, podemos dizer que multiplicamos por 10 o volume dos nossos negócios, mas, acima de tudo, multiplicamos diversas vezes o número de produtos que comercializamos, o número de parcerias, o número de eventos feitos”.

“Uma medalha de ouro com a infusão vibrante do Douro, uma medalha de bronze com a infusão subtil do Douro e duas

medalhas gourmet com a infusão aromática e montanha de sensações do Românico.”

O fundador mostra-se satisfeito por, mesmo em pandemia, “termos crescido tanto em 2020 e, acima de tudo, ter aberto tantas portas para 2021 continuar esse caminho”. A marca também já foi premiada com quatro prémios internacionais. “Uma medalha de ouro com a infusão vibrante do Douro, uma medalha de bronze com a infusão subtil do Douro e duas medalhas gourmet com a infusão aromática e montanha de sensações do Românico”, orgulha-se.

No futuro, pretende-se “aumentar a notoriedade e visibilidade da marca, quer no mercado interno, quer no mercado externo. Então, estamos a trabalhar para exportar cada vez mais, exportar para a Europa Central, América do Sul e até mesmo África. Acreditamos que temos muito potencial para exportar Portugal, exportar a qualidade dos produtos portugueses e exportar os aromas de Portugal”, afirma.

Sobretudo, desejam aumentar o portfólio de infusões e já estão a trabalhar infusões para a região do Còa e para a região das Beiras. “Queremos dinamizar outros territórios e outras plantas que não estão representadas neste momento”, termina.



▲ Valdemar Sousa (à esquerda) e Miguel Moreira (à direita)

Trilhar o caminho para dar asas ao um espírito livre

Natural de Lustosa e com um espírito aventureiro, Patrícia Martins embarcou no desafio de sair de Portugal. O objetivo era ficar na Europa, mas os horizontes foram mais longe. A viver no Brasil desde dezembro de 2019, criou o seu próprio negócio, “A Portuguesa”, com peças pensadas e confeccionadas pela própria.

Patrícia Martins é uma apaixonada por conhecer o mundo, normalmente a pé. Mais recentemente, já no Brasil, encontrou a paixão pela bicicleta, que tem utilizado para conhecer o país. A vontade de conhecer o mundo vem desde muito cedo e, em Portugal, praticava Trekking, que significa seguir um trilho ou percurso pedestre. “O facto de praticar trekking e ser peregrina dos caminhos de Santiago fez-me estender os horizontes e a vontade de andar pelo mundo”, conta Patrícia.

A chegada ao Brasil aconteceu em dezembro de 2019, pouco antes de ser declarada a pandemia de covid-19, que, “atrasou um bocadinho os planos”, lamenta. Embora sem grandes planos, Patrícia embarcou na aventura, “Quando somos aventureiras, gostamos de conhecer novas culturas e andar pelo mundo, atiramo-nos um pouco de cabeça, acho que as coisas não são muito planeadas. Então, às vezes, quando acontece alguma coisa na nossa vida que nos deixa mais perdidas, quem é aventureira procura sempre ir para novos horizontes”, refere.

“Quando decidi mudar de Lousada para outro país, a minha ideia era a Europa, mas aí as coisas não correram como eu queria, porque na Europa é outra língua, não ajuda muito.”

“Eu estava a pensar em ir para outro país e nunca sonhei vir para o Brasil, não era dos meus países de eleição, nunca fui aquela pessoa que tinha o sonho de fazer uma viagem ao Brasil. Quando decidi mudar de Lousada para outro país, a minha ideia era a Europa, mas aí as coisas não correram como eu queria, porque na Europa é outra língua, não ajuda muito”, afirma.

À medida que o sonho ia aumentando, iam surgindo palavras de apoio de todos os amigos. Em 2019, quando decidiu terminar os estudos no Centro Qualifica – Profisouza, encontrou uma equipa que alimentou a vontade de viajar e fez com que se “atirasse de cabeça para o mundo”.

E como acredita que ninguém consegue nada sozinho, a partir daí, “comecei a entrar em contacto com amigos que estavam na Europa e a resposta que me deram foi que não era uma boa altura para eu sair de Portugal, porque a crise estava a afetar toda a Europa a nível de emprego”.

Nos caminhos de Santiago acabou por conhecer a amiga que viria a ajudar com a tomada de decisão. “Ela também é uma

viajante como eu e chegamos a fazer algumas férias juntas. Nessas viagens formou-se uma cumplicidade, ela deu-me aquela confiança de ouvir o que ela me dizia, aceitar as informações que ela me passava. Como não estava a conseguir ter trabalho na Europa, que eu queria muito sair de Portugal e ir para outro país, ela abriu-me as portas. Pensei pouco sobre o assunto”.

A adaptação ao novo país

A vontade de viajar e os conhecimentos que já tinha no Brasil falaram mais alto. “Já tinha estado em S. Paulo, em 2018, já conhecia a vida da Camila, a família dela e outros amigos que conheci através dela. Marquei encontro com pessoas que tinha contacto aqui, através de um grupo de poesia que fazia parte na internet, e quando vim de férias formou-se logo um contacto com quem falava virtualmente e isso deu-me força para aceitar a sugestão da Camila”, confirma.

E a decisão foi fácil de tomar: “vendi os meus bens materiais em Portugal e resolvi começar uma nova vida num novo país e com novas culturas. Para dar oportunidade a outras pessoas para entrarem na minha vida”.

Patrícia acabou por partir para a aventura sem contrato de trabalho ou familiares. “Atirei-me como uma verdadeira viajante, vim sem trabalho, por isso é que me desfiz dos bens materiais e fiz dinheiro para trazer para cá. Depois de chegar cá é que ia decidir o que fazer. Lógico que com tudo isto veio a vontade de conhecer a América Latina, veio e continua a estar cá. Continuo a fazer turismo por cá, embora com algumas restrições devido à pandemia”, conta.

“É tudo diferente quando vimos de férias e quando vimos para começar uma nova vida, porque de férias é tudo perfeito, quando começamos uma nova vida as dificuldades aparecem”.

O primeiro passo foi regularizar a situação do visto e um emprego. No primeiro mês, optou por instalar-se e tentar conhecer a cidade. “É tudo diferente quando vimos de férias e quando vimos para começar uma nova vida, porque de férias é tudo perfeito, quando começamos uma nova vida as dificuldades aparecem. Entretanto, o meu visto demorou um pouco para sair. Assim que saiu o visto, duas semanas depois entrou a pandemia”, lamenta.

Pandemia que veio dificultar todo o processo de adaptação. “Fiquei assustada, perdida, sem saber que decisões tomar. Todo mundo ficou perdido, então quando é uma pessoa que ia começar uma vida do zero num país muito longe, as coisas pioraram, o medo aumentou bastante”, revela a jovem.

“As pessoas que tenho aqui deram-me a maior força e disseram ‘não, tu vais-te reinventar. Trabalhas com a costura, porque não comesas a criar as tuas peças?’. Embora tivesse aqui, no início da pandemia, dava para conseguir trabalho, mas ia expor-me,



▲ Patrícia Martins

porque eram trabalhos temporários, de entregas ao domicílio. Para além de não estar tão adaptada à cidade, ia-me expor demais, ainda não sabia o à vontade que eu podia circular na cidade”, recorda.

Por isso, começou a trabalhar e reinventou-se com a ajuda da colega de casa. “Eles disseram-me: ‘porque não fazes umas bolsas, que em Portugal fazias as tuas próprias bolsas para ires de férias, porque não?’. Faço as coisas sem pensar muito e aceitei essa sugestão. Comprei uma máquina doméstica e comecei a fazer bolsas básicas para colocar livros. De seguida, comecei a fazer máscaras”, conta.

A criação de um negócio

Apesar de todas as adversidades da pandemia, Patrícia Martins acredita que “foi o que deu o arranque ao meu projeto. Comecei a vender máscaras e foi isso que me sustentou nos primeiros meses aqui em S. Paulo”.

Mais tarde, começou a confeccionar bolsas, carteiras e, agora, fabrica produtos de ioga. “Criei o meu pequeno atelier ‘A Portuguesa’ com a ajuda das pessoas daqui. Aqui tem muita gente que acolhe muito o povo português. Por isso é que surgiu o nome ‘A Portuguesa’, porque aqui chamam-me assim, não me chamam pelo nome. E deram-me muita força, os amigos começaram a comprar os meus produtos, começou-se a espalhar e pedi parceria a esta minha amiga na parte do marketing e design”, explica.

“É tudo feito a partir de casa. É tudo feito por nós. Eu faço a parte da costura e a minha

amiga a parte do design e divulgação. Foi-se espalhando e já tenho clientes no Rio de Janeiro. E estou super feliz. As minhas encomendas durante a pandemia têm viajado por quatro estados e isso deixa-me satisfeita”, conta.

Porém, a jovem tem consciência que “não é um país para ganhar dinheiro para chegar rica a Portugal, porque há a diferença de câmbio. Mas, para viver cá, deixa-me satisfeita e chega” e sonha com mais, “muito mais, mas, considerando que comecei um projeto no meio da pandemia, para mim é o suficiente da forma como está”.

Embora nunca tivesse sonhado ir para o Brasil e, muito menos, ter o seu próprio projeto, “aqui estou eu, em S. Paulo, no melhor estado do país, na cidade que traz as melhores oportunidades, a cidade onde podemos ter a melhor qualidade de vida a nível financeiro, porque a nível de segurança há outras cidades fora do centro que têm uma melhor qualidade de vida”.

“Não tenho aquela vontade de ficar aqui o resto da minha vida. Apaixonei-me por S. Paulo e quero ficar cá, porque foi a cidade que me trouxe oportunidades e me abriu as portas e me acolheu.”

E, por isso, continua a sonhar. “Cheguei aqui e o que quero agora é conhecer o máximo possível da América Latina. Estou a aproveitar para conhecer aquilo que posso aqui mais próximo. Assim que as coisas forem melhorando, dá-me mais abertura para ir a outros estados e fazer viagens mais longas, para conhecer outras culturas. E o Brasil tem muitas, não é apenas uma. E levar para a frente o meu projeto”, conta, referindo que nunca imaginou, mas que pretende consolidar o projeto e levá-lo mais além e, até, para Portugal.

“Não tenho aquela vontade de ficar aqui o resto da minha vida. Apaixonei-me por S. Paulo e quero ficar cá, porque foi a cidade que me trouxe oportunidades e me abriu as portas e me acolheu. Nunca tive tanto tempo longe de Portugal e a saudade vai aumentando. Tenho muita vontade de levar o projeto para Portugal e ficar entre os dois países”, explica.

De Lousada, restam as saudades da mãe e sobrinhos. “Incuti muito aos meus sobrinhos a vontade de conhecer a natureza, de fazer turismo, embora que, com a idade deles, não sei se eles dão valor ou não, mas pelo menos eu fiz a minha parte e deixava-me muito feliz eles acompanharem-me. É o que me deixa mais saudosa”, termina.

Veja a entrevista completa aqui:



Sintético na AD Lustosa será realidade brevemente

A Associação Desportiva de Lustosa foi criada a 14 de fevereiro, de 2013, onde começou a participar no campeonato da AFALousada. Atualmente, faz todas as suas competições na AFPorto e AAPorto, das quais Futebol, Futsal e Atletismo, respetivamente.

Lustosa estava sem equipa de futebol e, por isso, um grupo de amigos decidiu reatar o clube e formar uma direção. “Mudamos o nome e começamos novas equipas. No primeiro ano foi só futebol, no segundo fundamos o futsal feminino. No terceiro ano, o Atletismo de Codessos, Paços de Ferreira, veio falar com o, na altura, presidente Joaquim Couto, se poderiam juntar-se ao Lustosa. Aproveitamos e hoje temos as três modalidades”, explica Rui Teixeira, presidente da Associação Desportiva de Lustosa (ADL)

A ADL é relativamente recente, mas conta com um crescimento gradual. Atualmente, assenta a sua atividade nas modalidades de Futebol Sénior e nos escalões mais jovens de Formação, no Futsal com uma equipa Sénior Feminina e no atletismo Masculino e Feminino.

No total, são cerca de 130 atletas, inscritos na Associação de Futebol do Porto (AFP) e na Associação de Atletismo do Porto (AAP). O grande objetivo “é ficar nos primeiros três classificados, porque vai haver um alargamento de divisões e estamos a tentar subir. A pandemia veio afetar muito a equipa. Jogadores que fomos buscar acabaram por fazer só um jogo e outros até nenhum”, lamenta.

“Em todas as provas que entramos o objetivo é ganhar troféus, como temos feito até agora. No futsal, na Federação de Futebol do Concelho de Penafiel, já fomos campeões da Associação de Futebol de Penafiel, ganhamos a Taça dos Campeões,

a Taça JOMA, a Supertaça e o Campeonato. O primeiro ano na AFP não correu tão bem, mas este ano queríamos fazer uma equipa mais competitiva”, afirma.

As principais dificuldades do clube são a nível financeiro: “é o mais grave e tentamos combatê-lo através dos patrocínios, dos sócios, dos eventos e os apoios da Câmara Municipal de Lousada e da União das Freguesias de Lustosa e Barrosas Santo Estevão”

Neste momento, “não pagamos aos atletas, só à equipa técnica. Mas os gastos são elevados, porque temos as taxas de jogos, inscrições de jogadores, seguros, deslocações e as lesões”, menciona.

“A nível de formação estávamos a crescer bastante, seguramente muitos dos atletas que tínhamos já não querem jogar futebol. Foi o que nos afetou mais. Tememos que alguns não voltem.”

“A nível de formação estávamos a crescer bastante, seguramente muitos dos atletas que tínhamos já não querem jogar futebol. Foi o que nos afetou mais. Tememos que alguns não voltem. Já estão desinteressados. Pode ser que agora com o sintético consigamos captar mais atletas”, manifesta.

A formação é composta pelos escalões de sub-9, sub-11, sub-13 e sub-15, com cerca de 60 atletas, mas pretendem criar mais uma equipa na próxima época.

Sonho realizado

No meio da tempestade, surge a boa notícia: sintético vai mesmo ser uma realidade

de “Já andávamos há muito tempo a lutar para isso, tal como a antiga direção. Por um motivo ou outro não se conseguiu concretizar. Agora as partes chegaram a acordo e tenho a certeza que é desta que vai acontecer”, garante.

Segundo Rui Teixeira, a Câmara Municipal de Lousada e a União das Freguesias de Lustosa e Barrosas Santo Estevão chegaram a acordo para a sua construção, com as obras a poderem arrancar até ao final deste ano. Numa reunião, que colocou frente a frente Pedro Machado, Presidente da autarquia, Armando Silva, Presidente da União das Freguesias de Lustosa e Barrosas Santo Estevão, e em que esteve também presente António Augusto Silva, vereador do desporto e Rui Teixeira, todas as partes conseguiram chegar a acordo, que ainda falta ser assinado e oficializado.

Neste momento, decorre o concurso público da obra que ronda os 450 mil euros. A data prevista para o início das obras é 2021, no entanto, a obra só deverá ficar concluída no início da próxima época 2021/2022. O valor da obra ronda os 450 mil euros, que irá mudar totalmente o Campo dos Escravos.

O recinto será dotado de um relvado sintético, com construção de novos balneários e melhorias nos existentes, de iluminação LED e de um parque de estacionamento, infraestruturas que servirão sobretudo para potenciar o crescimento da Formação do futebol.

“É muito complicado para uma criança

jogar num pelado todo enlameado, no inverno, e cheio de pó, no verão. Se não têm condições aqui e recebem uma proposta de outro clube, vão optar por ir. É um medo que tenho este ano.”

“É muito complicado para uma criança jogar num pelado todo enlameado, no inverno, e cheio de pó, no verão. Há dois anos perdemos muitos atletas para o Eiriz, para o Vizela, para o Paços de Ferreira, o Vitória de Guimarães, o Benfica, é normal. Se não têm condições aqui e recebem uma proposta de outro clube, vão optar por ir. É um medo que tenho este ano. Se não tivermos o sintético, vai ser muito difícil manter a formação”, alerta.

Depois de concluído o sintético, o objetivo é captar, novamente, os atletas da terra que acabaram por sair em busca de melhores condições. “Os que andam fora vamos tentar cativá-los para tentar fazer uma boa

formação esta época. É triste vermos atletas nos clubes vizinhos que vão à procura de melhores condições, porque aqui não há condições nenhuma. Acabamos por compreender a situação dos pais”, lamenta.

Durante muitos anos, a ADL teve todos os escalões de formação. Com o encerramento do clube, acabaram por se perder os atletas. Com a melhoria das condições, a direção pretende voltar às conquistas e ter, novamente, todos os escalões.

O objetivo com a mudança para o sintético é ter mais receitas, “porque as pessoas vêm mais para assistir aos jogos. E se tivermos mais formação também angariamos mais sócios”, relata. Para já, ficam por realizar o sonho de subir de divisão, devido à paragem imposta pela covid-19, e a fundação de uma equipa de futsal masculino e outra de formação de futsal feminino.



▲ Rui Teixeira, presidente da Associação Desportiva de Lustosa (ADL)

Os Kriptons (1970-72)

Nos primeiros anos da década de 1970 já se faziam sentir alguns ventos de mudança políticos e sociais em Portugal. A música era um veículo fortíssimo dessa mudança, transportando ideais e desejos de modernidade e de transição para a democracia. Os jovens com conhecimentos de música ou, em último caso, com vontade de aprender, juntavam-se para dar asas à imaginação e à criatividade. Em Lousada a música moderna da época surgia através dos Kriptons.



Esta banda era formada por Paulo Natalino Barros (baixo e voz), Alfredo Campos Alves (guitarra ritmo), Augusto Freire (guitarra solo), Rui Magalhães (bateria) e Francisco Fernandes (saxofone). O primeiro nome escolhido foi Ritmo 4, mas depressa mudaram para Kriptons, designação retirada dos livros de banda desenhada sobre o Super-homem.

Paulo Natalino Barros, um dos impulsionadores do grupo, lembra que “a banda foi formada com grande sentido de companheirismo e cumplicidade e esforço na compra de todo o instrumental das famosíssimas casas “Só Música” e “Castanheira”, na rua do Almada, no Porto”.

“Tocávamos em bailes, sobretudo na Assembleia Louzadense, e em festas particulares de familiares e amigos”, acrescenta aquele artista lousadense.

Além dos referidos componentes da banda, havia outros que por vezes se juntavam aos Kriptons. “Era o caso do Fernando Campos, que por vezes aparecia em convívios e alguns ensaios, para dar uns acordes e tinha muito jeito. Quem era fabuloso na guitarra e em qualquer instrumento de cordas era o também saudoso Augusto Freire. Fui muito ligado a ele, para além da banda. Já não sei em que ano, mas participamos num projeto da Câmara Municipal de Lousada... Fomos os dois convidados para dar aulas de iniciação à viola a crianças e jovens em várias freguesias do concelho. As aulas eram dadas nos centros paroquiais ou na sede da Junta de Freguesia”, refere Paulo Barros.

Rui Magalhães, que tocava bateria neste grupo, recorda que “a nossa primeira atuação aconteceu em Boim, na Casa da Fonte, que foi do digníssimo

bispo do Porto”. Este antigo relojoeiro e ourives explica que “quando o conjunto estava a atingir alguma maturidade musical os seus membros foram para a tropa e para a guerra do Ultramar e nunca mais nos voltamos a juntar”.

Augusto Freire era um guitarrista apaixonado pela música e levou essa paixão para a tropa, tendo fundado o grupo dos Blusões Negros.

Os Kriptons duraram dois anos e deixaram memórias na adolescência e juventude lousadense de 1970 a 1972, tocando temas célebres da época.

“Também tínhamos alguns originais, mas o nosso forte eram certos temas consagrados de música internacional... Lembro-me bem que a primeira canção que nós tocamos foi “Monia”, de Peter Holm”, afirma Paulo Barros.



▲ Os Kriptons_Augusto Freire e Fernando Campos

Também tocavam versões de “A whiter shade of pale”, dos Procol Harum, “Samba pa ti” e “Black magic woman”, de Carlos Santana, entre outros.

A semente musical estava a germinar e em finais da década de 1970 e

início da década de 1980 o rock lousadense ganhou um forte impulso. Na próxima publicação far-se-á referência a três bandas dessa época: Baco, Flash e Delta 4.

■ José Carlos Carvalheiras

A CULTURA POPULAR E AS TRADIÇÕES

Os jogos tradicionais populares (VI)



Altino Magalhães
Professor

JOGO DO PAU

Antigamente os homens andavam sempre munidos de um varapau para se defenderem do inimigo ou dos animais que andavam à solta. Por vezes, faziam-se acompanhar de uma vara com um agulhão na ponta, usada pelos “condutores” dos “carros de bois” para disciplinar os animais com espetadelas no cor-

po dos bois ou das vacas que puxavam o veículo, o que se tornava ainda mais perigoso quando usado com força contra a outra pessoa.

As esperas em locais ermos e escuros; as desordens nas tabernas; o “varrer de feiras”; os bailaricos que terminavam quase sempre em “porrada” por causa das raparigas e dos ciúmes; a cobiça de uma mulher; as desordens motivadas por negócios de gado e o “ajuste de contas”, resultavam em valente uso dinâmico da vara, às vezes de homem para homem mas muitas vezes de muitos contra um, ou de grupo contra grupo.

A dada altura, as autoridades proibiram a entrada de paus nas feiras e romarias para evitar lutas sangrentas e os homens começaram a perceber que era demasiado perigoso para a vida humana. Também o aparecimento de armas de fogo, para defesa pessoal, tornaram este “jogo” ilegal. Atualmente é “usado” simplesmente como amostra (herança cultural) dos tempos passados, ou como desporto ou recreação, com determinadas regras aproximadas ao jogo do “esgrima”.

Atualmente, por outro lado, a recreação que se pretende apresentar, nomeadamente através dos Grupos Culturais,

é de aprender a dominar uma técnica, educar a mente e o corpo e desenvolver capacidades de decisão e rapidez de reflexos para atacar, mas principalmente para se saber defender usando o seu próprio pau.

Nas exemplificações atuais, usa-se um pau ou uma vara, da altura do nariz do jogador e com objetivos bem definidos não magoando ninguém e normalmente “arbitrado” por pessoa responsável.

CORRIDA DO GALO OU DA GALINHA

Este jogo tradicional era executado principalmente nas festas e romarias ou então nos dias de cortejos e encontros para angariação de fundos, para a Igreja ou alguma obra social.

É um jogo muito similar ao jogo das malhas.

Está em jogo um galo ou uma galinha. Preso por uma pata, à árvore junto da zona do jogo, a ave espera que o seu futuro dono alcance a maior pontuação possível.

Terá de haver um meco de madeira, normalmente em forma de prisma retangular com quatro faces e cada face numerada com os números 5, 10, 15 e 20.

Oito malhas de ferro completam os objetos necessários à execução do jogo.

Por edital, é anunciada a data, a hora do começo e a hora do término da “corrida”, bem como o local ou locais onde se vai realizar e o valor de cada jogada. Pode demorar um ou dois dias.

O jogador adquire mediante o pagamento em dinheiro da quota estipulada, o direito de ir a jogo com as 8 malhas. Atira uma malha de cada vez, contra o meco, e, quando o atirar ao chão, é contabilizado para a conta pessoal, o número que ficar virado para cima. Se o meco ficar “esquinado” é somado o ponto (número) mais baixo.

No início da corrida começa-se sempre com 5 pontos.

De cada vez que haja empate entre os dois primeiros classificados o jogo vai a baixo (volta ao início) para esses dois jogadores, tendo que começar de novo, comprando novas partidas e o 3º classificado, nesse momento, fica como o mais pontuado. Empatando-se com este, caem também novamente, passa ao seguinte e assim sucessivamente...

Ao atirar a sétima malha, e atirando o meco ao chão, o jogador faz a sua conta e se ainda não tiver ultrapassado a pon-

tução máxima, caso pretenda continuar o jogo, pode pagar nova partida, mas não lança uma das malhas (portanto só atirará mais 7) e inicia essa jogada com o número de pontos que indica o meco, em vez dos 5 da 1ª “corrida”. Pode fazê-lo sempre que o queira mas na sequência da 1ª. Se entretanto jogarem outros jogadores, terá de iniciar nova “corrida”.

Este jogo “aquecia” no final. O último jogador, já perto da hora de acabar, comprava corridas sucessivas, com a regra de jogar menos uma malha, mas com o intuito de, ao chegar a hora de terminar (nem mais um segundo), não dar a oportunidade de ninguém o derrotar.

No edital informativo também é estipulado um valor total da corrida do Galo. No fecho da corrida, caso o dinheiro não chegue a esse valor, o jogador com maior pontuação e para levar o galo para casa, terá de completar com a diferença. Se este não pretender dar a diferença, receberá metade do apuro que se encontra numa saca de pano, mas o galo fica para a organização. (A recolha deste jogo teve a colaboração de António Moreira (REMAX ATITUDE 2) e elemento da direção do Grupo Folclórico As Lavradeiras do Vale do Sousa - Meinedo - Lousada)

EDUCAÇÃO



Pedro Araújo
Professor
profpedro2019@gmail.com

Escrevo este texto porque fiquei impressionado com o número de pessoas que acredita nas mentiras do Chega do Sr. Ventura, a avaliar pelo resultado que consegui na eleição presidencial. Antes das minhas reflexões sobre esse fenómeno, aqui ficam três conjuntos de dados: em 2017, os “portugueses que não trabalharam” custaram ao país €350.000 (trezentos e cinquenta mil euros); no mesmo ano de 2017, Portugal pagou, como juros da dívida pública portuguesa, mais de €7.000.000.000 (sete mil milhões de euros); nesse mesmo ano de 2017, a fuga de impostos em relação ao IVA no nosso país foi calculada em €2.000.000.000 (dois mil milhões de euros) pela União Europeia.

Estes dados demonstram claramente, para quem ainda não sabia, que o principal

argumento do líder do Chega é completamente falso. Diz ele que está revoltado porque anda “meio país” (os que trabalham e que ele supostamente quer representar) a trabalhar e a descontar para “a outra metade” (os que não trabalham). Em primeiro lugar, a matemática do Sr. Ventura está errada: os que receberam subsídios não eram metade dos portugueses, eram cerca de 250 mil pessoas e custaram menos de meio milhão de euros em 2017, o que é uma gota de água no nosso Orçamento de Estado (OE). Estes dados estão disponíveis em www.pordata.pt.

Em segundo lugar, a comparação entre os dados apresentados é absolutamente esclarecedora. Fazendo as contas, o que nós pagamos só de juros (mais de 7 mil milhões de euros), pelo dinheiro que emprestaram a Portugal em 2017, é cerca de 20 000 (vinte mil, é verdade, vinte mil!!!) vezes (!!!) o que gastamos com o Rendimento Social de Inserção. E os 350 mil euros do RSI foram parar, na esmagadora maioria dos casos, às mãos das pessoas mais pobres que viviam em Portugal nesse ano. Os 7 mil milhões de euros de juros da dívida foram parar às contas dos grandes bancos internacionais, europeus e não só, que nos emprestaram dinheiro, aumentando os lucros milionários dos acionistas desses bancos. É muito estranho que o líder do Chega se preocupe com o dinheiro atribuído aos po-

bres e não se preocupe com os milhões de euros que os mais ricos do mundo nos levam de juros. Entendo que devemos pagar todas as nossas dívidas até ao último cêntimo, mas esses 7 mil milhões são só para pagar juros, não a dívida. Estes dados estão disponíveis na “Nota Mensal sobre Dívida Pública, UTAO, Assembleia da República, dezembro, 2017, em www.parlamento.pt.

Em terceiro lugar, a comparação do Sr. Ventura entre o país que “trabalha” e o país que “não trabalha” também é muito infeliz porque alguns dos que trabalham e deviam pagar IVA conseguiram evitar o pagamento de 2 mil milhões de euros em impostos no ano a que nos estamos a referir (2017). Também é muito estranho que o Chega/Ventura não se preocupe com a chamada “economia paralela” e com a respetiva fuga aos impostos que em 2017 terá representado mais de dois mil milhões de euros e mostre grande revolta por causa de menos de meio milhão de euros distribuído pelos mais pobres. (Ver comunicado de imprensa da EU sobre fuga ao IVA, 2017, em www.ec.europa.eu).

Regressando agora a 2021, ano em que os dados se vierem a ser muito diferentes dos de 2017 será por causa dos impactos da pandemia, temos uma outra comparação que se impõe neste contexto. Devemos comparar o meio milhão de euros que va-

mos gastar este ano para atribuir RSI aos mais pobres com os mais de cem milhões de euros que a EDP resolveu não pagar em impostos, através de um “esquema” de engenharia financeira, relativos à venda de seis barragens no Douro. Esses cem milhões de euros vão servir para que os donos da EDP, maioritariamente estrangeiros, fiquem ainda mais ricos e que Portugal fique bastante mais pobre. E o que disse o Chega/Ventura sobre isto? Nada. Mais uma vez é muito estranho que se preocupe com o dinheiro do RSI para os mais necessitados e que não se preocupe com um roubo descarado, provavelmente bem arquitetado por advogados “especializados”, de cento e dez milhões de euros, como muito bem denunciou o Bloco de Esquerda. Esses cento e dez milhões de euros davam para pagar o RSI, com os valores atuais, durante duzentos anos!!!! Leram bem: duzentos anos!!!!

Como calculam, eu estou muito mais perto dos que denunciam estas situações do que do Chega e de todos os que “assobiam para o lado”, incluindo o Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática, quando estão em causa desvios desta grandeza. Como calculam, eu sou dos que se preocupam mais com “questões” que representam sete mil milhões por ano, ou dois mil milhões de euros por ano, ou cem milhões de euros de uma só vez, do que

com a “questões” que representam meio milhão de euros no OE. Como calculam, eu sou dos que se incomodam mais com a “distribuição” de muitos milhões de euros aos acionistas de grandes multinacionais, subtraídos com habilidades financeiras ao nosso Orçamento de Estado, do que com a “distribuição” de meio milhão de euros a gente pobre. Julgo que os milhares e milhares de trabalhadores, bem como as milhares de micro, pequenas e médias empresas que contribuem para o nosso OE deveriam estar preocupados com estas questões e não com outras.

Resumindo: já Chega de mentiras! Não anda metade do país a trabalhar para a outra metade! A nossa triste e pesadíssima verdade é esta: anda o país inteiro, pelo menos os que pagam regularmente os seus impostos, a trabalhar para que os donos de algumas empresas ou grupos internacionais dos países mais ricos fiquem cada vez mais ricos. E todos os que podiam resolver estas questões que realmente nos empobrecem (abusos como o da EDP, fuga aos impostos, corrupção, usura internacional, etc...) e não resolvem, como os políticos, todos os que deviam denunciá-las e não denunciam, como os jornalistas, estão a ajudar o Sr. Ventura a crescer... Eu estarei sempre no polo oposto.

FICHA TÉCNICA

Diretor José Diogo Fernandes - Estatuto Editorial: www.olouzadense.pt • diretor@olouzadense.pt • Editor Rosária Gonçalves Tlm. 918 973 489 //Departamento Comercial / comercial@olouzadense.pt // Departamento Gráfico Imagocima, Lda / Paginação Imagocima, Lda • Impressão: LUSOIBÉRIA – Av. da República, n.º 6, 1.º Esq. 1050-191 Lisboa | Telf.: +351 914 605 117 | e-mail: comercial@lusoiberia.com • Tiragem 1 500 ex. / edição • Sede e Redação Rua Palmira Meireles, N.º 812, Fração AE, 4620-668 Lousada • Contatos / geral@olouzadense.pt | Propriedade InovLousada, CRL. / Contribuinte N.º 515 360 899/ Capital Social €50.000€ / Título registado na ERC sob o n.º 127 256// Depósito Legal: 458254/19 Conselho de Administração: Presidente, José Diogo Fernandes; Vice-presidente, Carlos Manuel Soares Nunes; Vice-presidente, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira Colaboradores // Altino Magalhães, Assunção Neto, José Carlos Carvalheiras, Leonel Vieira, Luís Cunha, Maria Neto, Manuel Pinho, Moreira da Silva, Pedro Araújo, Pedro Amaral, Pedro Magalhães, Renato Gomes, Rosário Machado



LOUSACAPOTAS

TOLDOS • ENGERADOS • CARROÇARIAS



Rua 25 de Abril 273, 4620-205 Figueiras Lousada
Telf.: 255 912 731 / 255 913 024 | Fax: 255 913 025



luz-verde.pt

**POUPE
CONNOSCO!**

Instale a sua central
fotovoltaica e torne a sua casa
e a sua empresa mais eficiente.
Comece já a poupar com a
Luz Verde!



EXECUÇÃO DE
PROJETOS



SERVIÇOS DE
ASSISTÊNCIA 24H



PARCERIAS
SEGURADORAS



PARCERIAS
BANCÁRIAS



email: geral@luz-verde.pt • contactos: 910 417 395 • facebook/Luz-Verde • instagram/luz-verde_energia